



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO DINAMIZADOR DE ESPAÇOS
EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DO VALE DO TAQUARI –
RIO GRANDE DO SUL – BRASIL**

Ivandro Carlos Rosa

Lajeado, janeiro de 2021



Ivandro Carlos Rosa

**FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO DINAMIZADOR DE ESPAÇOS
EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DO VALE DO TAQUARI –
RIO GRANDE DO SUL – BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Périco

Lajeado, janeiro de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma satisfação pessoal, e uma obrigação, reconhecer que muitas pessoas que me ajudaram para esta tese, e para minha jornada como estudante e pesquisador. Primeiramente a meu orientador Professo Dr. Eduardo Périco que também me orientou na dissertação do Mestrado, sempre com bom humor e paciência. Reconhecer e agradecer a Professora Dra. Margarita Rosa Gaviria Mejía, que me acompanhou desde antes da seleção do doutorado, até a qualificação do projeto. Agradeço também a Natalia Sarmiento, bolsista do grupo de pesquisa, que sempre nos auxiliou e apoiou nas pesquisas.

Agradecimento especial a minha Esposa Renata Ribeiro Madalosso Rosa e filhos Angelo Madalosso Rosa e Arthur Madalosso Rosa, que sempre me apoiaram. Aos meus familiares e amigos, que sempre foram compreensivos, com minha ausência, em função de congressos e compromissos do doutoramento.

Agradecimento especial a Dra. Natália Ramos do CEMRI, Universidade Aberta de Lisboa-Portugal, pela colaboração e pelas reflexões a cerca do papel dos avós em nossa vida, através do livro “A Voz do Avós”, o qual me remete ao reconhecimento a os meus, que foram extremamente importantes na minha caminhada como estudante e individuo. Meus pais Ciro Luiz da Silva Rosa e Neusa Miguelina Rosa, irmãos Paulo Sérgio Rosa e Cleimar José Rosa. Avós paternos, Benjamin Antônio da Rosa (in memoriam) Teresinha da Silva Rosa (in memoriam), avós maternos João Pacheco de Vargas (in memoriam), Eva Manuela de Vargas (in memoriam), todos descedentes de migrantes portugueses/açorianos.

RESUMO

As migrações internacionais dinamizam as transformações históricas da humanidade, no decorrer dos séculos. As dramáticas crises econômicas, agravadas pelo terremoto de 2010 no Haiti, apresentaram o Brasil como destino acessível à mobilidade. Assim, o Vale do Taquari, no RS, recebeu grupos de migrantes, de 2012 em diante, em busca de emprego e de melhores condições de vida e de recursos para serem enviados à terra natal. Segundo o FMI, o Haiti é hoje o país mais pobre das Américas. O objetivo da presente tese é avaliar de que forma as políticas públicas, as redes de apoio e as empresas contratantes vêm atendendo as necessidades dos migrantes, na cidade de Poço das Antas, RS - BR. Foi avaliado o dinamismo espacial nesta pequena cidade, a partir de um método de pesquisa multissituado, com coleta de dados por questionário semiestruturado e busca de dados nas empresas e nos órgãos públicos. A complexidade desta mobilidade está no expressivo acréscimo, mais de 10% da população urbana, por imigrantes do país Caribenho, que trabalham em um abatedouro de suínos. Entre as interações, destaca-se o plantio em áreas urbanas antes desocupadas com hortaliças, pelos imigrantes, nas horas vagas do emprego formal, com práticas de cultivo utilizadas no Haiti, com o sistema de produção orgânico de subsistência e a partilha do trabalho e da produção utilizada na alimentação, lembrando as práticas do país de origem, além do atendimento recebido nas redes públicas de saúde, educação e assistência social.

Palavras-chave: Migrações. Mobilidade. Pequenas cidades. Políticas públicas.

ABSTRACT

International migrations dynamize historical transformations of humanity over the centuries. The dramatic economic crises, aggravated by the 2010 earthquake in Haiti, presented Brazil as an accessible destination for mobility. Thus, Taquari Valley, in RS, received groups of migrants, from 2012 onwards, in search of jobs and better living conditions and resources to be sent to their homeland. According to the IMF, Haiti is today the poorest country in the Americas. The purpose of this thesis is to evaluate how public policies, support networks and hiring companies have been meeting the needs of migrants in the city of Poço das Antas, RS, Brazil. The spatial dynamism in this small city was evaluated, using a multi-situated research method, with data collection through a semi-structured questionnaire and search for data in companies and public agencies. The complexity of this mobility is in the expressive increase, more than 10% of the urban population, by migrants from the Caribbean country, who work in a pig slaughterhouse. Among the interactions, stands out the planting of unoccupied urban areas, by migrants, in their free time of the formal employment, with cultivation practices used in Haiti, such as the organic subsistence system and the sharing of work and production used in food, recalling the practices of the country of origin, in addition to the assistance in public health, education and social assistance networks.

Keywords: Migrations. Mobility. Small cities. Public policies.

RESUMEN

Las migraciones internacionales dinamizan las transformaciones históricas de la humanidad, en el transcurrir de los siglos. Las dramáticas crisis económicas, empeoradas por el terremoto del 2010 en Haití, presentaron Brasil como destino accesible a la movilidad. Así, Vale do Taquari, en RS, recibió grupos de migrantes, de 2012 en adelante, en búsqueda de empleo y de mejores condiciones de vida y de recursos para ser enviados a la tierra natal. Conforme el FMI, Haití es hoy el país más pobre de las Américas. El objetivo de esta tesis es evaluar de qué forma las políticas públicas, las redes de apoyo y las empresas contratantes vienen atendiendo las necesidades de los migrantes, en la ciudad de Poço das Antas, en RS, Brasil. Fue evaluado el dinamismo espacial en esta pequeña ciudad, a partir de un método de investigación multisituado, con colecta de datos por cuestionario semiestructurado y búsqueda de datos en las empresas y en los órganos públicos. La complejidad de esta movilidad está en el expresivo incremento, más del 10% de la población urbana, por migrantes del país Caribeño, que trabajan en un matadero de cerdos. Entre las interacciones, se destaca el plantío de áreas urbanas desocupadas, por los migrantes, en las horas libres del empleo formal, con prácticas de cultivo utilizadas en Haití, como el sistema orgánico de subsistencia y la partición del trabajo y de la producción utilizada en la alimentación, recordando las prácticas del país de origen, además de la atención en las redes públicas de salud, educación y asistencia social.

Palabras clave: Migraciones. Movilidad. Pequeñas ciudades. Políticas públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Poço das Antas na região, Brasil e América	41
Figura 2 – Antigo hospital localizado em Poço das Antas, RS – Adequado para a utilização como residência provisória para os Haitianos	44
Figura 3 – Planta Industrial: Frigorífico de Abate de Suínos em Poço das Antas, RS	45
Figura 4 – Centro Municipal de Ensino de Poço das Antas de Poço das Antas, RS.....	51
Figura 5 – UBS - Posto de saúde central de Poço das Antas, RS	53
Figura 6 – CRAS – Centro Referência de Assistência Social, da cidade de Poço das Antas, RS	57
Figura 7 – Terrenos urbanos – Plantio de feijão preto, em Poço das Antas, RS.....	64
Figura 8 – Plantio no sistema consorciado, cidade de Poço das Antas, RS	66
Figura 9 – Variedade de Cultivares e Condimentos	67
Figura 10 - Preparo da terra para o plantio, nos lotes urbanos Poço das Antas, RS.....	68
Figura 11 – Método haitiano de limpeza e preparo da terra, Poço das Antas, RS	69
Figura 12 – Diversidade de frutas, legumes e verduras, Poço das Antas, RS	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Encontro entre culturas migratórias	14
2 OBJETIVO GERAL	17
2.1 Objetivos específicos.....	17
2.2 Estrutura da tese	18
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1 Migrante – Imigrante ou Emigrante?	19
3.2 Diáspora haitiana	21
3.3 As fronteiras físicas e outras perspectivas	23
3.4 Redes migratórias	26
3.5 Redes e transnacionalismo	27
3.6 Governabilidade e políticas das migrações internacionais.....	28
3.7 Modelo de Portugal (PEM) - Plano Estratégico para as Migrações	31
3.8 Haitianos no Brasil	31
3.9 A nova lei das migrações do Brasil	33
4 METODOLOGIA	36
4.1 O município de Poço das Antas – Perfil e indicadores.....	36
4.2 Método de pesquisa	37
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
5.1 Capítulo I: A chegada dos haitianos em Poço das Antas	40
5.2 Capítulo II: Programas municipais e políticas públicas.....	50
5.3 Capítulo III: Redes de apoio ao migrante	60
5.4 Capítulo IV: Cultivo de alimentos orgânicos consorciados	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	85
ANEXO A - Questionário para haitianos que cultivam a terra.....	86

ANEXO B - Questionário para moradores de Poço das Antas.....	88
ANEXO C - Questionário para proprietário de terrenos cultivados pelos Haitianos.....	90

1 INTRODUÇÃO

As migrações internacionais fazem parte da história brasileira desde a época da colonização (SEYFERTH, 1994). Contudo, os fatores que as estimulam, os agentes que participam e as abordagens teóricas diferem conforme o contexto histórico. Assim, no marco da sociedade pós-moderna, onde situamos estas reflexões, a globalização do capitalismo acentua as desigualdades econômicas e sociais internacionais e regionais, fazendo com que, enquanto os Estados Unidos investem milhões de dólares na construção de um muro na fronteira com México e o Brasil investe na construção da Rodovia Transoceânica para atender o dinamismo capitalista da região, a mesma rodovia é utilizada por trabalhadores de países periféricos para a mobilidade em busca de emprego e melhores condições de vida (MAMED, 2013).

A dinâmica das populações é histórica, sendo replicada atualmente em várias partes do planeta. Essas desigualdades, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, traduzem-se em diferenças significativas de incentivo salarial, melhores condições de habitação, transportes, alimentação, facilidades de acesso, legislação de proteção social, o que torna alguns países exportadores de mão de obra, enquanto outros, que ocupam uma posição econômica internacional de destaque, revelam-se atraentes e promissores para os que almejam condições de vida mais favoráveis. Nesse contexto, o amplo acesso à tecnologia digital, o avanço nas comunicações e no transporte facilitam a mobilidade e a flexibilidade da mão de obra. Essa conjuntura propicia o fluxo migratório de haitianos a partir de 2010, para o Brasil, país que, naquele momento, gozava grande prestígio e reconhecimento no

âmbito internacional (MEJÍA; SIMON, 2015).

O processo migratório de haitianos para o Brasil é estimulado, em parte, pela abertura de fronteiras brasileiras em 2010, em contraposição ao fechamento de fronteiras nos países europeus e nos Estados Unidos. Também influencia essa mobilidade, a imagem do Brasil como país acolhedor, rico em oportunidades, num contexto histórico em que é selecionado para sediar a Copa do mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Na época, a comparação entre os países de partida e destino, impulsionaram a mobilidade dos imigrantes para o Brasil, onde aparentava ser um país rico, poderoso, economicamente estável, com melhores condições de vida do que no país de origem; chegar ao Brasil “tornou-se uma espécie de sonho americano” (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017). Para a construção dessa imagem, contribuíram ações internacionais nas quais o Brasil projetou-se como protagonista de ações solidárias com povos em situações de vulnerabilidade, como no Haiti, enquanto o Brasil tem interesse em conquistar ampla representação internacional e destacar-se como potência latino-americana (ALMEIDA, 2012).

A política externa brasileira que estimulou essa mobilidade destacou-se por colocar o Brasil no papel de protagonista solidário do Haiti, fato que contribuiu para o Brasil conquistar maior representação internacional e destacar-se como potência latino-americana. Através de suas ações, o coordenador da MINUSTAH - (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) projetou sua imagem e sua bandeira. Para Seguy (2014), o Brasil favoreceu o processo de “recolonização” ao comandar as forças de segurança. Este sociólogo considera que a liderança do Brasil assumia “pretensões subimperialistas”. Como o Haiti não tem exército, nem uma polícia militar nacional suficientemente treinada para a repressão, a Internacional Comunitária contrata soldados e policiais de outros países.

Em 2010, os haitianos começaram a entrar ao Brasil pelas fronteiras no norte do país, principalmente, pelo Acre, onde recebiam ajuda humanitária organizada pelo governo local, com recursos federais, auxílio de igrejas e da sociedade civil. A partir de 2012, o governo estadual abrigou os imigrantes em um alojamento na cidade de Brasileia, na fronteira com a Bolívia, e lhes deu a documentação necessária para ingressar no mercado de trabalho, já que chegavam sem visto. Permaneciam ali até obterem os documentos para trabalhar legalmente no país.

Essa facilidade motivou os haitianos que estavam no Acre a convidarem seus conterrâneos a virem para o Brasil, provocando um fluxo migratório constante, comparável, conforme o Itamaraty, à entrada em massa de japoneses e italianos, ocorrida no final do período imperial e início da República Velha (MEJÍA; SIMON, 2015).

O intenso fluxo migratório de haitianos para o Brasil foi estimulado também pela política migratória do governo brasileiro. Em janeiro de 2012, através do Conselho Nacional de Imigração (CNIG), o Brasil aceita a entrada de haitianos e cria um visto especial para eles, o visto humanitário, concedido àqueles que não tinham antecedentes penais. O visto humanitário outorgado aos haitianos permite-lhes requerer CPF e Carteira de Trabalho, documentação necessária para ingressar no mercado de trabalho (MEJÍA; SIMON, 2015). Nesse sentido, como diz Nieto (2014), as políticas migratórias brasileiras marcaram a evolução dessa migração. Nos termos de Jardim (2017), os documentos oficiais interferem no trânsito dos migrantes.

O crescimento da migração levou o governo do Acre, uma das principais portas de entrada de haitianos para o Brasil, a decretar estado de emergência social na Brasileia, em abril de 2013, enquanto o Governo Federal Brasileiro suspende o limite de vistos permanentes em caráter humanitário para os haitianos, decisão publicada no Diário Oficial da União (SILVA; RODRIGUES, 2013). O contingente de imigrantes não parou de crescer; por isso, em abril de 2014, o governo do Acre resolveu fechar o abrigo na Brasileia e transferir parte dos imigrantes para a capital, Rio Branco, e outros, para São Paulo. O governo acreano justificou a medida alegando que a permanência dos imigrantes na Brasileia representava um risco para a população local, uma vez que começou a enfrentar problemas com a falta de infraestrutura para acolher os recém-chegados.

Uma parcela de população haitiana que se encontrava no Acre em 2012 começou a ser recrutada por empresas no Sul e no Sudeste do Brasil. Assim, um dos destinos foi o Vale do Taquari, região localizada na porção centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul, constituída por 36 municípios e uma população de 348.471 habitantes (IBGE, 2016). Nessa região, naquela época, vinha se acentuando o problema da falta de mão de obra nas indústrias de alimentos,

cooperativas e empresas de construção civil. No início, a maior parte da população de imigrantes haitiana era constituída por homens. Após as primeiras levas migratórias, também começam a chegar as mulheres. Aos poucos, o perfil migratório de homens sozinhos é substituído por famílias, com a vinda de mulheres e crianças.

A demanda da mão de obra haitiana em municípios do Vale do Taquari revela que não só o crescimento econômico de serviços em grandes cidades demanda força de trabalho internacional com conhecimento técnico. Para Schiller e Çaglar (2011) cidades de interior e pequenas localidades também precisam de mão de obra disponível para a realização de tarefas repetitivas e na indústria de transformação de alimentos e de proteína animal, para o crescimento econômico e para atender mercados globais, no caso específico de Poço das Antas, RS, Brasil. Neste contexto, os imigrantes internacionais que exercem atividades manuais, inicialmente, sem muita qualificação, aceitam contratos com baixa remuneração, segundo os parâmetros locais, e se encaixam, tendo em vista sua situação adversa no país de origem, de onde, na maioria das vezes, são obrigados a emigrar, em busca de subsistência própria e para o grupo familiar.

Embasados na orientação metodológica que enfatiza a cidade e os migrantes, não a migração na cidade, salienta-se a contribuição dos imigrantes para a reestruturação das cidades de assentamento ou das que estão transnacionalmente conectadas. Se, no âmbito político, os imigrantes tendem a ser vistos como um problema social, as pesquisas indicam que, cada vez mais, os migrantes internacionais são atores significantes na reconstituição da vida diária, econômica e política das cidades no mundo (SCHILLER; ÇAGLAR, 2011).

Nas pequenas cidades do Vale do Taquari, onde são afetados por competições em investimento, por novas economias industriais e por mudanças nas pressões do mercado, os imigrantes desempenham um papel importante no processo de mudança. Conforme assinalam Schiller e Çaglar (2011) na introdução do livro "Location Migration", a economia neoliberal atinge tanto as grandes cidades quanto as pequenas. E os imigrantes se incorporam a elas, conforme as oportunidades que a cidade lhes oferece e que variam de acordo com o contexto.

Gestando uma dinâmica geopolítica que contrasta com o processo migratório

européu do final do século XIX e início do XX, na região, quando a migração se dava por grupos familiares, em busca de terras para o cultivo para a subsistência, os imigrantes que transitam pela região desde 2012 chegam ao Vale do Taquari – RS, sendo a grande maioria formada por homens, atraídos por ofertas de emprego de empresários da região que se deslocam até Brasileia, cidade fronteira do Brasil com a Bolívia, para negociar a vinda deles para o Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente para o Vale do Taquari, buscando resolver a questão da falta de mão de obra, em fábricas de processamento de carnes e laticínios e na construção civil. Este fluxo começa tendo como agente fomentador, empresas privadas e cooperativas. A participação dos setores públicos governamentais e não governamentais de ordem municipal, estadual ou nacional se dá através do reconhecimento dos imigrantes como sujeitos de direitos perante a legislação brasileira. Assim, uma vez estabelecidos nas cidades onde são contratados para trabalhar, recebem das autoridades municipais assistência social básica, nos setores de saúde e educação.

Contudo, com a crise financeira que atinge o Brasil a partir de 2014, mudaram as estratégias dos migrantes para se mobilizarem. A vinda não é mais promovida por empresários, que, em vez de contratarem, começam a fazer demissões. Os que chegam vêm apoiados pelas redes sociais (familiares e de amizade), às quais estão vinculados. Ou seja, migram para o Vale de Taquari, porque têm familiares e/ou amigos na região que podem acolhê-los até que consigam recursos necessários para viverem de forma independente. No entanto, arrumar emprego é difícil; há casos em que esperam seis meses ou mais. Quando não conseguem, deslocam-se para outras cidades do Rio Grande do Sul, ou para outros estados, ou, inclusive, para outros países. As mudanças na economia brasileira, cinco anos após a chegada das primeiras levadas de imigrantes haitianos ao Vale do Taquari, têm dificultado o acesso a recursos financeiros para melhorar suas condições de vida e a dos membros da família no Haiti, através da remessa de dinheiro.

Outro fator que contribuiu para a constante migração de haitianos para o Brasil foram os efeitos do terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro de 2010. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), morreram mais de 222 mil pessoas, sendo a grande maioria haitianos, 102 funcionários das Nações Unidas e

21 brasileiros. Após 10 anos do fatídico sismo, continua a degradação econômica e o agravamento da crise política, naquele país Caribenho. Segundo FMI – Fundo Monetário Internacional, o Haiti é hoje o país mais pobre das Américas. Recentemente, houve uma onda de protestos contra o governo e contra a falta de combustíveis. Atualmente, clamam pela saída do governo.

A situação dos imigrantes haitianos no Vale do Taquari é complexa e de difícil solução em tempos de crise, pois tem mobilizado, por diversos caminhos, pessoas e instituições, mobilidades que, em alguns contextos, são dinamizadores não apenas de infraestruturas e serviços, mas também de sentimentos conflitantes gerados pelas incertezas. Segundo Morin (2007), as incertezas de uma situação estão além do limite da nossa compreensão e podem estar ligadas a fenômenos dinâmicos, muito além do nosso entendimento. Para este autor, quando tratamos de seres humanos, estamos nos referindo a pessoas envolvidas com problemas afetivos, que têm crenças, credos, princípios de sobrevivência e de coexistência. O sistema, a estrutura, que envolve seres humanos foge do certo, alinhado e coerente. O grau de incerteza está sempre presente, obrigando-nos a avaliar os problemas com um olhar externo, sem as influências de nossas convicções anteriores, viciadas, separando o que é real do imaginário. Ainda, de acordo com Sayad (1998), o imigrante constituiu força de trabalho e presença provisória, sendo uma situação aceitável para os nacionais e para os próprios migrantes, pois o caráter provisório da migração, que, segundo o mesmo autor, muitas vezes, torna-se permanente, é o que torna a convivência tolerável.

1.1 Encontro entre culturas migratórias

O parâmetro utilizado por empresários do sul na seleção dos imigrantes haitianos difere dos que eram adotados para trazer imigrantes alemães e italianos, nos séculos XIX e XX, com o objetivo de colonizar o Brasil. O governo brasileiro, através das políticas de colonização, buscava “branquear” a população brasileira, substituindo o trabalhador escravo pelo trabalhador imigrante, europeu e branco (SEYFERTH, 2011). Os critérios de seleção dos imigrantes, dois séculos atrás, são evocados constantemente com orgulho pelos descendentes desses migrantes, reiterando sua identidade de origem europeia, enquanto descendentes de europeus

que denominamos “alemães” e “italianos”, conforme a origem étnica. Por trás dessas categorias, perpassam valores e tradições culturais, expressos em dialetos, práticas culinárias, estigmas, entre outros, como marcas das respectivas identidades.

A reiterada identidade europeia salientada pela sociedade local, depois de duzentos anos de colonização, exerce grande influência na configuração demográfica deste território, que passa a ser constituído também pela nova leva migratória internacional: os haitianos. Assim, segundo Diehl (2017), a cor da pele e a identidade étnica representam neste contexto elementos marcadores de fronteiras entre as duas categorias sociais, a sociedade vale-taquariense e a população migrante. Este fato é observado de maneira latente nas falas da sociedade local, veiculadas pelos meios de comunicação local e nas redes sociais, ao se posicionarem em relação aos imigrantes que chegam a partir de 2012, ao Vale do Taquari.

A sociedade em alguns ambientes inferioriza os haitianos por serem de origem étnica e racial diferente. Assim, com o tempo, essa imagem idealizada do Brasil acolhedor que mobilizou os migrantes haitianos a virem para cá se desfaz, ao se depararem com muitos casos de racismo e a xenofobia. Assim, o desafio imediato está no atendimento às condições de vida com dignidade e humanidade da população migrante, respeitando as diferenças culturais, religiosas, linguísticas, bem como os códigos de comportamento manifestos pelos novos migrantes, em vez de serem recepcionados com atitudes estigmatizantes e excludentes por parte da população local (DIEHL, 2017).

Os(as) haitianos(as), no momento da chegada, foram bem recebidos(as) pela população local, tinham o apoio das empresas para suprir as necessidades básicas iniciais de moradia e trabalho, mas, atualmente, na maioria das vezes, na região estão excluídos do convívio social e acabam se acomodando nas periferias das cidades, ocupando submoradias, em condições desumanas. Segundo Xavier (2005) a dificuldade de acesso ao crédito, e o alto custo das áreas urbanizadas, impõe aos migrantes, condições de vulnerabilidade e insegurança. Sujeito a risco e efeitos dos desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de encostas.

Nos municípios do Vale do Taquari, a estrutura populacional e os recursos

disponíveis para acolher esses imigrantes não são iguais. Também diferem os arranjos de cada administração municipal para recebê-los, bem como diferem as organizações não-governamentais, religiosas e laicas, que desenvolvem programas de apoio aos novos imigrantes. O Vale do Taquari é composto, segundo (FEE, 2018), por 36 municípios, na divisão dos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul), que, aqui na região, denomina-se Codevat. Ainda de acordo com o (FEE, 2018), no estado, são 26 conselhos regionais. As municipalidades que compõem o Codevat têm perfis heterogêneos, não só em termos de densidade populacional e infraestrutura econômica, mas também, cultural. Diferem no que diz respeito às influências culturais marcadas pela origem migratória europeia, alguns municípios com o predomínio de descendentes alemães, outros, de descendentes de migrantes italianos.

Poço das Antas, por exemplo, apresenta uma densidade demográfica de 31 hab/km² (IBGE, 2020). Em Lajeado, que é a maior cidade da região, onde se encontra outro grupo de haitianos, a densidade demográfica é de 931,21 hab/km² (IBGE, 2020). São municípios com perfis distintos, com disparidade de recursos e serviços dispensados à população, dos quais usufruem também os imigrantes. Segundo Data-Sebrae, os municípios menores, com maior densidade populacional em áreas rurais, tem um perfil distinto dos que têm maior concentração populacional nos centros urbanos. Nesses contextos, as soluções adotadas precisam ser planejadas e geridas pelo governo federal, em parceria com os municípios. As medidas legais que atingem os imigrantes são gestadas pelo governo federal, enquanto os municípios desempenham um papel importante na atenção básica do migrante, que é o acolhimento (ZENI; FILIPPIM, 2014).

2 OBJETIVO GERAL

A proposta da tese é analisar como, ao longo dos últimos cinco anos (2014 a 2019), a presença dos imigrantes haitianos no município de Poço das Antas, no Vale do Taquari, tem dinamizado a estrutura desta pequena cidade em diversos espaços: postos de trabalho, entidades religiosas e serviços públicos em saúde, educação e moradia, além das transformações na estrutura das cidades.

Tomando como espaço de investigação o município de Poço das Antas, aborda-se a dinamização dos espaços públicos e privados em cidades do Vale do Taquari-RS, a partir da intensificação da migração haitiana desde 2014, analisando o planejamento e a implementação de políticas públicas que atingem essa população, visando observar os limites e as possibilidades dessas políticas públicas para as necessidades das migrações Internacionais contemporâneas, bem como averiguar em que medida a constante mobilidade que caracteriza esta experiência migratória dificulta o desenvolvimento de projetos dirigidos a atender esta população estrangeira para melhorar sua qualidade de vida. Estas reflexões acerca das mudanças socioambientais gestadas no Vale do Taquari com o processo migratório contemporâneo acontecem num cenário em que o Brasil aprova uma nova Lei de Migrações.

2.1 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento geral do município de Poço das Antas e da Migração Contemporânea no Vale do Taquari;

- Realizar um levantamento das empresas que contratam haitianos e dos cargos e funções que desempenham;
- Mapear e avaliar os programas e projetos públicos de atendimento aos migrantes haitianos;
- Discutir os resultados, relacionando-os a outras etnias e a outros movimentos migratórios nos USA e na Europa.

2.2 Estrutura da tese

No primeiro capítulo, faz-se um levantamento geral dos diversos elementos físicos, jurídicos e culturais que têm perpassado o processo migratório dos haitianos para o Vale do Taquari, nos últimos cinco anos. No capítulo 2, avaliam-se os programas municipais e projetos públicos que atuam no atendimento desta nova população migrante, nos setores onde se observa maior demanda, como acesso a habitações, saúde, educação e assistência social. No capítulo 3, verifica-se quais têm sido os arranjos organizacionais desenvolvidos pelas empresas, através do mapeamento dos programas desenvolvidos por entidades, na formação de uma rede de apoio para atender as necessidades dos migrantes, (Univates, cooperativas) exercendo o papel de suporte e acolhimento. O capítulo 4 detalha a experiência do cultivo de alimentos orgânicos pelos haitianos, em Poço das Antas, e suas particularidades.

Este projeto de pesquisa está em conexão com estudos em andamento, na linha de pesquisa “Espaço e Problemas Socioambientais”, na qual o autor produziu a dissertação de mestrado, finalizada no ano de 2012, com o tema “O processo de Emancipação Municipal e a Urbanização do Município de Lajeado/RS”, inserido no projeto “Modelagem da fragmentação florestal da bacia hidrográfica do Rio Forqueta, RS, para o estabelecimento de corredores ecológicos e a avaliação dos aspectos sociais envolvidos”. Esta tese vai ao encontro do projeto, “Transnacionalismo, migrações e cidadania, no século XXI a partir do Sul”, que estuda o movimento migratório dos haitianos para o Vale do Taquari e suas dinâmicas internas, desde 2012.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Migrante – Imigrante ou Emigrante?

A migração é um fenômeno complexo, pois envolve múltiplas dimensões, expressas tanto nas motivações que estimulam o movimento migratório quanto na realização dos projetos migratórios. A complexidade da migração se explica em função do processo transversal que permeia as ciências sociais, considerando que a antropologia e a sociologia se apoiam em outras áreas, para dissecar e tentar entender o fenômeno migratório. Para Sayad (1998), a imigração hoje ocupa o papel que, no passado, foi da colonização, como um sistema com lógica própria que evolui e se perpetua. Pelo viés histórico, a imigração é filha da colonização, de forma direta ou indireta. Pelo viés estrutural, a imigração hoje substitui a dominação nas relações de trabalho do mundo desenvolvido, sobre o mundo em desenvolvimento.

Sayad (1998) considera a migração “fato social completo” que repercute na política, na economia, nas ciências jurídicas, na psicologia, na demografia, entre outras. O deslocamento da pessoa envolve não apenas o espaço físico, geográfico, demográfico, mas também espaços qualificados, recheados de interações culturais, religiosos, linguísticos, sociais e econômicos.

Como afirma Sayad (1998), migrar corresponde a duas faces da mesma moeda. O autor desenvolve seu argumento apresentando o significado etimológico das palavras imigrar e emigrar. Afirma que, de um lado, é denominado “imigrante” quem chega a um determinado ponto, espaço ou sociedade. Na outra ponta do processo, esta mesma pessoa é considerada “emigrante”, por ter partido, se

deslocado no espaço físico. Ou seja, são dois momentos do mesmo processo. Para Silva (2018), a imigração não pode mais ser entendida como um processo de deslocamento entre locais de origem e destino, no mesmo tempo e espaço. Devem ser levadas em conta a reemigração, a migração de retorno e o fluxo contínuo entre os países.

Seyferth (2007) retoma o argumento de Sayad a respeito da migração, entendendo-a como um “fato social total”, que movimenta toda sociedade. Para a autora, o ideal seria um estudo multidisciplinar, fato difícil de ocorrer no âmbito acadêmico. Os estudos são focados nas especialidades, com interesse temático e metodologias disciplinares. Somente no século XX, houve abertura para trabalhos acadêmicos menos disciplinares e mais abrangentes, que trazem abordagens mais amplas sobre a migração, explorando temáticas como “paisagem cultural”, noção econômica de fronteira, com amplitude interdisciplinar, superando a fase até então predominante, que se limitava a questões geográficas e historiográficas.

Da ótica de Patarra (2006), a migração internacional, que, historicamente, mobiliza um fluxo migratório gigantesco no mundo, é um processo complexo, que retrata fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. Conforme a autora, existe uma dicotomia, pois, de um lado é importante a visibilidade da questão migratória em fóruns internacionais, e, de outro lado, existe a necessidade de comprovar e de concretizar teorias que deem conta da interligação das complexas áreas envolvidas no processo migratório, que tem múltiplas facetas e que perpassam questões sociais, de direitos humanos, de legislações internacionais e de interesses econômicos envolvidos em tratados e relações bilaterais que interferem na definição de fronteiras físicas entre nações.

Silva (2018) argumenta que a mobilidade e a circularidade de pessoas acontecem em função das oportunidades e dos locais de passagem. A integração ocorre, principalmente, em função das relações de trabalho, formais ou informais, no campo econômico. Já na inserção sociocultural, o fator informalidade atrapalha esta inserção, em função de restrições tanto na participação política como no âmbito das trocas culturais, pois o migrante acaba sendo enquadrado como um marginal, sem os requisitos formais, no caso, o registro documental, permanecendo na condição de invisibilidade. Conforme o autor, a música pode ser um elemento facilitador da

aproximação e da inclusão cultural, já que a influência de ritmos afros pode criar uma empatia entre brasileiros e haitianos, por partilharem *performers* musicais similares.

Ramos (2014) destaca a importância da garantia dos direitos a cidadania, as competências linguística, a inclusão com processos culturais, para melhorar o acesso a vagas de emprego destacadas, e não só as básicas com baixa remuneração, inclusive a o exercício da cidadania e a o direito ao voto.

3.2 Diáspora haitiana

Uma das categorias fundamentais na análise das experiências migratórias haitianas é a *diáspora*. Termo utilizado para denominar uma amplitude de coisas, ações, mas que, na década de 1980, serviu para definir uma forma de resistência dos haitianos à ditadura que dominava o Haiti, isto é, servia como forma de mobilização, uma palavra de ordem. Referindo-se ao Caribe, Hall (2003) afirma que a diáspora não pode reduzir-se à simples definição binária, dentro e fora de um país, referindo-se às fronteiras geográficas que diferenciam o que está em seu território, do que está em trânsito ou fora das fronteiras físicas geográficas. A diáspora vai além da origem e do destino. Para Hall (2003), as músicas são manifestações que fortalecem os sentimentos de valorização e representam formas de revigorar o orgulho das origens. Segundo o autor, a música e as influências da raiz rítmica africana, que fazem parte da cultura caribenha, representam esta categoria de diáspora, aflorando um sentimento coletivo que não respeita fronteiras geográficas, apesar de influências externas distintas, decorrentes, principalmente, do domínio francês, que se agregaram à origem africana.

Hall (2003) destaca os paradoxos da diáspora, assunto que trata fazendo alusão à própria experiência. A mãe dele é de origem inglesa e o pai, de origem caribenha (Indianos, africanos, portugueses e judeus). Portanto, na família convivia com as duas descendências, conhecia em profundidade as duas realidades culturais, porém, como efeito diáspora, não se sentia pertencente a nenhum dos mundos de origem de seus pais, nem à terra natal representada pela família do pai, nem à família da mãe, que, na época, representava o domínio político do território (ingleses). Segundo o autor, apesar de estar fora de seu território de origem, o

cidadão diáspora sabe que não voltará à condição original, por não mais enquadrar-se na condição anterior à migração.

De acordo com Handerson (2015), a categoria diáspora ganha relevância através de padres católicos, principalmente, em Nova York, nos Estados Unidos, servindo como resistência à ditadura haitiana. Ainda, conforme o autor, diáspora é uma categoria organizadora, que designa pessoas, classifica e qualifica objetos, bens, patrimônios materiais e culturais, ações e dinheiro. Retrata haitianos residentes em outros países que retornam temporariamente ao Haiti e podem eventualmente retornar ao exterior.

Para Handerson (2015), a *diáspora* é uma expressão complexa e indivisível, que comporta facetas políticas, como, por exemplo, quando o governo refere-se à diáspora, está falando de haitianos que moram permanentemente fora do Haiti. Da perspectiva da Constituição haitiana, quem optar por outra nacionalidade, automaticamente deixa de ser um cidadão haitiano com plenos direitos. Segundo o autor, o termo também pode ser utilizado para qualificar pessoas transnacionais, isto é, não são denominadas pessoas de diáspora quem permanece durante um longo período fora do Haiti, mas que retorna com frequência ao país. Ainda, conforme o autor, diáspora é uma ligação afetiva familiar indissociável entre o migrante e o grupo que permanece no Haiti, com a expectativa de remessas de dinheiro e objetos e com a futura viabilidade de buscar outros membros familiares. Portanto, para o autor, a diáspora tem o caráter simbólico de representar o membro familiar que contribui com os demais membros da família, sendo-lhe atribuído um valor moral, motivo de honra familiar, para os vizinhos e conhecidos.

Em relação à condição da diáspora haitiana, Nieto (2014) afirma que há milhões de haitianos espalhados pelo mundo, dinâmica que sempre existiu no Haiti, em função de conflitos políticos e da pressão dos governos ditatoriais. As migrações para o Brasil após o terremoto de 2010 são apenas uma nova peça, nesta enorme engrenagem da mobilidade humana, sendo a migração na América Latina parte de um processo migratório transnacional, mundial. Segundo o autor, a diáspora ajuda a entender a dinâmica e a articulação desempenhadas pelas famílias haitianas ao longo do tempo. Para Nieto (2014), a migração haitiana para o Brasil sempre existiu; contudo, o aumento do número de migrantes caracteriza a formação de novas redes

migratórias e de novas dinâmicas transnacionais.

Mejía e Simon (2015) reforçam a grande importância do cidadão diáspora para os haitianos que residem no Haiti, pois uma porcentagem do que a diáspora ganha com a remuneração do trabalho no Brasil, ou em outros países, é um recurso enviado para as famílias no Haiti. Consideram esta prática como uma forma de compensar as pessoas que ficaram lá, que contribuíram com o migrante em outras épocas e estão passando por dificuldades neste momento, devido à situação econômica precária e à escassez de alimentos. Ainda, conforme os referidos autores, além do envio de recursos, há uma relação constante de troca de informações e constantes conversas, muito facilitada pelos meios de comunicação digitais, que permitem a comunicação permanente.

3.3 As fronteiras físicas e outras perspectivas

As fronteiras nunca estiveram no centro das discussões como na contemporaneidade, marcada pela globalização que propõe reavaliar a percepção do conceito de território-nação, ao tratar das negociações comerciais e do trabalho. Para Galeffi (2018), a fronteira envolve múltiplas dimensões, que geram diversas interpretações do fenômeno, definido como lugar geográfico, epistêmico, político e cultural.

Do ponto de vista da geografia física, as demarcações territoriais são divididas em escalas de medidas, registradas em mapas e cartas topográficas e, com base nelas, se delimitam as fronteiras físicas. O referido autor aponta também para a geografia com foco na ecologia ambiental, em que a fronteira se fundamenta na delimitação entre o mar e a terra, entre montanha e planície, ou seja, a uma fronteira definida de acordo com os limites geográfico-ambientais. As fronteiras estabelecidas pelo viés geográfico delimitam e restringem as permissões de uso dos espaços, demarcando a propriedade de um ente social ou político.

Outra concepção de fronteira apresentada por Galeffi (2018) é a estabelecida nos Estados que fazem fronteira com o mar. Trata-se de uma linha divisória imaginária definida mediante os acordos internacionais que permitem a medição por milhas em relação à terra firme, o que requer o uso de medidores de distância para

ter uma localização autorizada. Nesse sentido, as fronteiras são clausuras protetoras de grupos políticos. A proteção decorre da necessidade que os iguais têm de proteger-se do estrangeiro. Fato que acontece, porque a história da humanidade tem sido definida pela guerra de uns contra outros: povos contra povos, nações contra nações, etc. Quer dizer, toda fronteira é “familiar”, no sentido de uma identidade política comum, que distingue as sociedades entre si e atribui o sentido familiar de pertença, reconhecido como membro de uma comunidade política. As fronteiras expressam a desconfiança em relação ao estrangeiro. As fronteiras epistemológicas são campos de conflito e de afirmação de forças, às vezes, sem respeito à diversidade dos elementos da natureza e das espécies humanas e não humanas no planeta.

Galeffi (2018) assinala também que as políticas fronteiriças estabelecem regras em que colocam uns contra os outros. Administradas por instituições burocráticas, respaldadas em documentos que demarcam o direito, que depois negam juridicamente. Uma política que, na atualidade, apoia-se em cercas e muros que barram a livre circulação entre territórios políticos diferentes, nacionais e estatais.

A política fronteiriça estabelece mecanismos de controle dos territórios, geográficos, epistêmicos ou culturais. A fronteira cultural é a mais fácil de classificar e de reconhecer; é nela que as diferenças são executadas na vida humana. As fronteiras culturais também evidenciam os preconceitos relativos ao reconhecimento do outro, o estrangeiro, o diferente de uma identidade individual, ilusória e habitual. A fronteira cultural nunca é conciliadora em relação a costumes diferentes, pois visa a afirmar modos de pensamento e ação, de produção e de consumo. Em torno da cultura, as instâncias fronteiriças demarcam suas diferenças e seus domínios. Em síntese, segundo Galeffi (2018), fronteira é uma definição cultural que inclui as dimensões geográfica, epistêmica e a política, “marcando os usos e costumes das relações de poder baseadas na propriedade privada, que se estende como propriedade pública” (p. 25).

Mirra (2018), ao analisar de forma transversal as fronteiras políticas europeias, norte-americanas e australianas, percebe a tendência de utilizar a gestão de políticas migratória como forma de exclusão e de retenção de novos imigrantes,

de forma planejada e gradativa. Segundo o autor, justifica-se essa política apoiado em mitos como “terroristas imigrantes”, utilizados na restrição e no enrijecimento dos controles fronteiriços. Essa situação cria um afloramento de lutas e embates na delimitação geográfica imposta, com limites restritivos de acesso aos migrantes. O que para o autor é utópico são as garantias de direitos transversais e universais. Os estados acabam garantindo o que é “legal” para os nacionais, mas não o direito do ser humano, independentemente, da nacionalidade do sujeito.

O que está em jogo, conforme Mirra (2018), é a “garantia de direitos” para os imigrantes. Reivindica-se que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos se equilibrem com a expressão de soberania nacional. Contudo, nem todos os Estados-nação garantem esses direitos a seus cidadãos, que carecem de proteção social, fato que estimula a migração. Segundo o autor, as políticas migratórias vão além das fronteiras, criando programas de fomento e estímulo ao desenvolvimento para diminuir a migração. Outra medida que tem se expandido refere-se às políticas sistêmicas que atingem os Estados de trânsito para migrantes. Podemos destacar atualmente a situação da Turquia no espectro europeu. E nas Américas, o papel do México, na fronteira com os Estados Unidos, na tentativa de reter migrantes salvadorenhos e guatemaltecos, envolvendo um misto de migrantes que se dirigem, via México, para a América do Norte.

Para Nieto (2014), apesar da existência de políticas de fomento e de colaboração internacional entre países, a história mostra que, no caso específico do Haiti, não foram efetivas as medidas propostas pelos Estados Unidos de estimular o retorno de imigrantes haitianos e diminuir a migração haitiana para outros países. Os projetos migratórios como estratégias familiares contribuem para a criação de um espaço social transnacional, que não se restringe às fronteiras territoriais nacionais. Os sujeitos que estão em trânsito com o apoio das famílias e que carregam consigo marcas da identidade nacional contribuem para a construção de um cenário em constante transformação, que vai além das fronteiras físicas. Este processo, ao longo do tempo, retroalimenta-se, gerando novas dinâmicas e novas Redes Migratórias.

3.4 Redes migratórias

As redes migratórias fazem parte da história das civilizações humanas. Assunto que vamos tratar aqui com foco nas redes migratórias de haitianos para o Brasil. Nieto (2014) assinala que não há como analisar as redes migratórias sem considerar a estratégia familiar de migrar. A migração haitiana, na maioria das vezes, é um projeto familiar, ou seja, os membros da família definem quem migra e quem retorna à terra natal. Segundo Nieto (2014), aquele que migra adquire status positivo e um reconhecimento social no âmbito da família e da sociedade haitiana como um todo.

O migrante faz parte da família transnacional e, com seus membros, compartilha os recursos financeiros que obtém na sua experiência migratória. Assim, da família transnacional, participam tanto os membros que migram quanto os que permanecem, participação que ocorre de acordo com o planejamento familiar da migração. Por exemplo, uma mulher que migra sem filhos tem a obrigação de enviar dinheiro para a mãe, sogra ou para a pessoa incumbida do cuidado de seus filhos no Haiti. As remessas podem ser utilizadas para subsistência, edificação de casas, educação e manutenção de bens da família residente no Haiti, entre outros fins. Nieto (2014) designa esta estratégia de vida com a expressão “cadeia mundial de cuidados”, que é o ciclo de responsabilidades compartilhadas dentro da família transnacional.

As infinitudes de redes migratórias no contexto da globalização, segundo Seyferth (2007), acontecem favorecidas pela facilidade dos deslocamentos internacionais. Algumas dessas redes estão estabelecidas e outras, em processo de implantação, todas em constante mutação. As redes dão sustento aos migrantes em todo o processo, desde a chegada até a instalação no exterior. Muitos migrantes estão em constante movimento em função da procura de trabalho, movimento que imprime um dinamismo que favorece o transnacionalismo, constituído por diversas relações que transcendem as fronteiras do Estado-Nação de origem com outras nações. Os sujeitos que transitam interferem no país de origem e no país de acolhida.

No caso haitiano, Mejía e Simon (2015) ponderam que as redes migratórias

haitianas se estendem ao Brasil devido a barreiras impostas aos migrantes nos destinos preferidos dos haitianos: Estados Unidos, Canadá e França. Favorecidos pelas políticas públicas de solidariedade com o povo haitiano, a migração haitiana dirige-se em direção ao Brasil. O relato da experiência migratória de um haitiano é elucidativo desse processo.

Ele decide migrar para o Brasil após entrar em contato por telefone com familiares da esposa que já estavam residindo no país e procura informação acerca dos recursos que pode utilizar no percurso entre Haiti e o Brasil. Essa é uma estratégia comum: procurar contatos em redes migratórias e usar as informações para a obtenção de documentação e trabalho. Segundo o relato do migrante, ele seguiu a rota utilizada por outros migrantes que saíram do Haiti sem visto: ir de Porto Príncipe (capital do Haiti) até Lima (capital do Peru) em avião. Daí, ir de ônibus até a cidade de Iquitos, no Peru, onde pegou um barco e viajou durante 4 (quatro) dias até Tabatinga, na fronteira entre Colômbia e Brasil. Permaneceu sessenta dias até obtenção de documentos e de lá foi de barco por mais quatro dias até Manaus, capital do estado da Amazônia. Depois de aprender o idioma local, viajou até o Vale do Taquari onde reside atualmente e faz parte de uma rede migratória que acolhe familiares e amigos que decidem migrar para o Brasil (MEJÍA; SIMON, 2015).

A mobilidade haitiana no Brasil, segundo Nieto (2014), nem sempre tem por objetivo a permanência no país. Uma parcela de imigrantes haitianos que chegam ao Brasil tem como destino final a Guiana Francesa. Neste caso, utilizam a rota que inclui o Brasil para evitar detenção e deportação das autoridades francesas, fato que tem se tornado recorrente entre os haitianos que estão na Guiana Francesa em situação irregular. Conforme o autor, à medida que as redes migratórias se consolidam, a tendência é o incremento das migrações haitianas dentro da América do Sul.

3.5 Redes e transnacionalismo

Os migrantes estabelecem múltiplas interconexões com seus pares constituindo redes que ultrapassam as fronteiras internacionais. Ao transitar por diversos espaços, assumem uma identidade transnacional estimulada pela comunicação digital. Trazem consigo elementos da identidade cultural do país de

origem e incorporam outros elementos culturais da sociedade receptora (MEJIA; CAZAROTTO; GRANADA, 2015).

Para Feldman-Bianco (2009), as mobilidades humanas devem ser analisadas observando os acontecimentos que as definem ao longo do tempo e, a partir dessas informações, construir um relato histórico completo do comportamento e da dinâmica dos transmigrantes. A utilização deste argumento no caso da imigração haitiana para o Vale do Taquari revela que é um processo recente. O que se pode avaliar são as tendências e os pontos de referência no comportamento e na dinâmica dos migrantes; contudo, trata-se de um movimento dinâmico, sujeito a constantes transformações decorrentes da globalização.

Conforme Feldman-Bianco (2009), os imigrantes, com o apoio das redes sociais, das redes de contatos e de grupos engajados exercem um papel ativo nas transformações e nas mobilizações que ocorrem no meio onde estão inseridos. Ainda, estão sujeitos a contextos econômicos, que, ao longo do tempo, acabam ditando o rumo das migrações e a forma como se dá a inclusão dos imigrantes na nova nação e a inter-relação com os demais Estados-Nação, com os quais mantêm constante relação.

3.6 Governabilidade e políticas das migrações internacionais

As migrações internacionais têm se destacado cada vez mais nas políticas de governo e na forma de gerir a economia dos países. Os acordos econômicos e os tratados de livre comércio têm no fator fluxo migratório um dos parâmetros indispensáveis. Ao observar o Brexit, ou seja, a saída do Reino Unido da União Europeia e, conseqüentemente, do mercado comum europeu, percebemos que uma das maiores barreiras é a gestão das pessoas que migraram para trabalhar no Reino Unido, vindas de países europeus ou vice-versa. Além do impacto econômico, também deverá ocorrer uma intensa negociação nas áreas de direitos adquiridos e de sequência de trabalho desta população de migrantes dentro da Europa.

Outro país europeu a ser destacado é Portugal, que é para o Brasil uma das principais referências em migrações, em função do descobrimento (colonização) em 1500 e a posterior colonização. Nos últimos 5 (cinco) séculos, houve um intenso

fluxo de idas e vindas de portugueses e brasileiros. Segundo Rocha-Trindade (2002), até 7 de julho de 1828, compartilhavam o mesmo soberano, em Portugal, Dom Pedro IV, que, no Brasil, era reconhecido como Dom Pedro I. Posteriormente, houve a cisão das duas soberanias, apesar das afinidades e até do parentesco na aristocracia. Estas relações de intercâmbio se mantiveram, muitas vezes, forçadas ou como pedido de exílio por divergências políticas com regimes e fugas de regimes absolutistas tanto no Brasil como em Portugal.

Patarra (2006) argumenta que é necessária, dentro das políticas migratórias internacionais, a discussão de acordos bilaterais, multilaterais e de caráter bloco econômico, como é o caso da Europa. As negociações do Brexit têm sido dificultadas pela complexidade apresentada, após o plebiscito que consultou os britânicos a respeito da permanência ou da saída da União Européia (UE). A opção pela saída foi uma solução simplista, num momento desfavorável para a economia do Reino Unido. Patarra (2006) assinala também que questões como a soberania nacional são destacadas pelas políticas internacionais no âmbito de cada país, o que dificulta a elaboração de políticas migratórias mais amplas e eficazes.

Para ter sucesso nas ações, as políticas migratórias deveriam ser discutidas na OMC (Organização Mundial do Comércio) e na OIT (Organização Internacional do Trabalho), junto com as políticas econômicas e comerciais. Ainda, conforme a autora, o tema deveria ser tratado de forma diferente do que acontece hoje, em que cada governo trata o assunto de forma isolada, com um alinhamento ideológico, sujeito a pressões internas, por entenderem que a migração é um agente de concorrência interna no âmbito do mercado de trabalho e de segurança nacional.

Para Sayad (1998), a relação entre as nações, de origem e de destino dos imigrantes, é desigual, apesar das duas partes estarem interessadas em dar continuidade ao processo migratório; contudo, quem estabelece as regras da permanência dos migrantes é o país de destino. Para o autor, a negociação ocorre de forma simbólica, pois, na prática, os países de destino são os que estabelecem as leis de migração e de permanência dos migrantes em seu território, o que leva o migrante a enquadrar-se nessas regras, se quiser permanecer nesta rota migratória, ocupando o posto de trabalho desejado.

Segundo Sayad (1998), não há uma negociação bilateral de direitos. Se houvesse, seria mediado por relações internacionais e tratados econômicos com regras claras, sem importar-se apenas com a mão de obra. O conceito de bilateralidade e de reciprocidade acaba sendo mera formalidade nos contratos e tratados entre países, que regem as condições de migração e a utilização da mão de obra migrante. Conforme o autor, quanto mais desiguais forem as condições econômicas entre os países, maior será a possibilidade de que quem ocupa a parte mais fraca tenha que se submeter à dominação, pois não terá condições de contrapor-se e acaba aceitando os termos propostos pelo país mais poderoso e rico.

No Brasil, para o senso comum, as migrações haitianas estão totalmente consolidadas, inseridas no cotidiano e harmonicamente distribuídas. Contudo, fazendo uma observação mais aprofundada, percebe-se que há muito caminho a ser trilhado, em termos de políticas públicas de acolhimento e de inserção social para migrantes e estrangeiros. Para Zeni e Filippim (2014), uma política pública precisa atender as necessidades e enfrentar um problema público, que, no caso dos imigrantes haitianos, corresponde a desafios complexos, como é a articulação entre as esferas de governo municipal, estadual e, principalmente, Federal, no desenvolvimento de ações destinadas a atender os migrantes. Por tratar-se da gestão migratória que envolve segurança nacional e gestão de fronteiras, o tema é vinculado ao governo federal brasileiro e não aos governos municipais e estaduais.

Segundo Zeni e Filippim (2014), uma política pública voltada ao atendimento das demandas dos imigrantes requer gestão do governo e, ao mesmo tempo, articulação com a sociedade civil e com o setor privado. No caso específico dos migrantes haitianos, há uma condição econômica amplamente desfavorável, que cria uma dependência dos serviços públicos básicos de saúde e de assistência social. Outro ponto abordado pela autora é o despreparo por parte dos brasileiros, que são responsáveis pelo contato com os imigrantes, já que, no Brasil, enfrentam uma dificuldade expressiva com o segundo idioma, que impede a compreensão e o acolhimento das necessidades dos migrantes haitianos, muitos dos quais, paradoxalmente, dominam dois ou até três idiomas.

Ainda, de acordo com Zeni e Filippim (2014), faltam políticas públicas desenhadas para amenizar as barreiras culturais que forneçam bem-estar social e

lhes garantam acompanhamento a longo prazo, evitando situações de marginalidade. Devido à vulnerabilidade em que se encontram por causa de um mercado de trabalho competitivo e a atual crise de desemprego que se arrasta desde o ano de 2014 no Brasil, conforme dados IBGE.

3.7 Modelo de Portugal (PEM) - Plano Estratégico para as Migrações

Tendo em vista a relevância dos temas, no contexto europeu, a Península Ibérica é foco de diversos movimentos de deslocamentos de pessoas, por exílio, por fuga de conflitos ou por busca de melhores condições de vida. Favorecido pela sua proximidade física dos continentes africanos, somado ao fato de que muitos países que já foram colônias portuguesas se sentem atraídos, pela facilidade da língua, pelas melhores condições econômicas, pelas semelhanças culturais desenvolvidas ao longo do período colonial, o governo português, através do seu Alto Comissariado para as Migrações, estabelece o (PEM) Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020.

O PEM 2015-2020, considerando as características populacionais internas de Portugal, entende que o país, até o ano de 1960 do século passado, destacava-se pela emigração. A partir de meados dos anos 1960, tornou-se um país com forte tendência à imigração, em busca de trabalho e renda. O Plano Estratégico tem como missão acompanhar e estruturar políticas públicas que impactam/impactem as novas migrações, alinhado com o Conselho Português para as Migrações. Desta forma, as ações e o financiamento dos projetos relacionados a este plano passam a serem geridas e acompanhadas por representantes de todos os ministérios do governo, tornando-se um projeto amplo de busca de integração e de consenso político, tendo como obrigação, submeter relatórios anuais da execução do PEN, ao Conselho de Migrações.

3.8 Haitianos no Brasil

No Brasil, como ocorre no mundo todo, a migração haitiana tem encontrado dificuldades de inserção e de inclusão social. Para Silva (2018), após cinco anos da intensificação da migração haitiana para o Brasil, ainda é muito precoce fazer

afirmações conclusivas sobre o processo de inserção sociocultural. Conforme o autor, a perspectiva inicial se apresentava como sendo o Brasil um local de passagem, com facilidades de acesso pelas fronteiras e com fácil acesso aos outros países Latino-americanos, que se apresentavam mais atraentes, em função das facilidades de linguagem (espanhol) e pela dinâmica econômica (caso do Chile) e Estados Unidos. O que se observa, segundo o autor, é que muito haitianos acabaram permanecendo no Brasil. Apesar de ainda não estarem plenamente inseridos e satisfeitos com as condições oferecidas, este é um processo que ainda está em construção. Silva (2018) salienta que a experiência histórica de acolhimento aos imigrantes no Brasil não acontece por decreto governamental e de forma impositiva de uma das partes. Esta relação inicial acontece de forma, muitas vezes, conflituosa, superada em parte pela forma como o novo grupo étnico reage às ações preconceituosas e discriminativas. Este novo grupo cria uma estrutura organizativa para dialogar, reafirmar suas identidades, buscar trocas e o respeito da sociedade receptora.

Conforme Patarra (2012), a expectativa é que a questão migratória contemporânea tome conta dos debates nos três níveis de poder, municipal, estadual e federal, como também a partir de entidades de terceiro setor, como ONGs e organismos internacionais. Para a autora, a situação de degradação do Haiti é “uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas”. A solução migratória para o Brasil teve relação direta com o momento político que o país vivia, com a perspectiva de programas de governo que privilegiam um olhar mais humanitário para o migrante, ao contrário da ideia anterior, que apresentava o estrangeiro como ameaça à soberania nacional. Com alinhamento diplomático, com países do Mercosul e da Unasul, o Brasil propicia a anistia a imigrantes irregulares, com enquadramento em aspectos humanitários. Segundo Patarra (2012), estas ações foram implementadas para anistiar imigrantes irregulares de países como Bolívia, Chile, Peru e Equador. Neste mesmo contexto, enquadram-se os imigrantes haitianos, que recebem do governo, inicialmente, um visto humanitário, para permanecer e trabalhar regularmente no Brasil.

3.9 A nova lei das migrações do Brasil

A nova lei das migrações do Brasil, Lei 13.445/2017, de 24 de maio de 2017, que entrou em vigor no dia 21-11-2017, substituiu o Estatuto do Estrangeiro – Lei 6815/80 (BRASIL, 1980), ainda no período do regime militar brasileiro, e a Lei n. 818/49 (que regia aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade brasileira), e vem para atualizar e aprimorar a legislação brasileira, que não mais atendia a realidade do Brasil e do mundo globalizado. Vedovato e Assis (2018) entendem a nova lei como uma mudança do paradigma que percebia e enquadrava o estrangeiro, o migrante, segundo nossa legislação, como ameaça, como alguém a ser evitado. Conforme os autores, a nova lei busca a proteção da dignidade humana, sob a ótica dos direitos humanos.

A constituição Federal de 1988, no artigo 95, já aprimorava o olhar sobre o migrante em relação ao Estatuto do Estrangeiro de 1980. O artigo traz, literalmente: Art. 95 – “Estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da constituição e das leis”.

O Brasil, através da nova Lei de Migrações, aprimora sua legislação e gera um realinhamento de suas leis e regras migratórias internas com o momento atual vivenciado no mundo, caracterizado pela amplitude dos fluxos migratórios e a mobilidade humana. Para Assis (2018), a legislação anterior, da década de 1980, tratava o migrante como “o outro”, o desconhecido, um ser estranho ao ambiente, que desperta desconfiança e ameaça à segurança nacional. Segundo a autora, o migrante era encarado como um estrangeiro, alheio aos interesses do país, aquele que não é natural do país e, portanto, não possui direitos.

O grande desafio continua sendo a inserção e o acolhimento aos estrangeiros, migrantes pelas mais variadas causas e motivações. Segundo Assis (2018), as políticas públicas continuam sendo desafiadas a propiciarem esta melhoria na condição de inclusão, num cenário de intensa mobilidade humana, em todas as fronteiras, não somente na América do Sul. A nova legislação desmistifica o “estrangeiro” como alguém a ser vigiado pelo Estado, por se tratar de uma ameaça ou alguém a ser aculturado. A nova visão de imigrante é que ele tenha suas garantias e direitos humanos respeitados e garantidos.

Seyferth (2007) estabelece uma importante distinção entre o “estrangeiro” e o “imigrante”. O Estatuto do Estrangeiro, durante o regime militar, caracterizava o indivíduo vindo de fora como estrangeiro, alguém que necessitava de vigilância, dando margem a muitos enquadramentos difusos, que dificultavam o acesso a políticas públicas inclusivas, ao mesmo tempo em que se impunha o “acultramento”. Segundo Seyferth (2008), discriminação em relação ao estrangeiro tem origem no Século XVIII, com as diferentes levadas migratórias que vinham com o objetivo de trabalhar na terra, de colonizar o país, tanto que eram classificados como colonos, pois a maioria ficava vinculada à atividade rural. Mais tarde, depois que o Brasil participou da Conferência de Evian, em 1938, na França, o estrangeiro foi ainda mais desqualificado, chegando a ser enquadrado na categoria de “alienígena”. O Estatuto do Estrangeiro pregava o controle total do Estado sobre esta população, que foi forçada, no Estado Novo, ao “abrasileiramento”, caracterizado como o “outro”, sem poder participar da formação do país.

O imigrante era classificado, muitas vezes, na mesma categoria do estrangeiro. Durante muito tempo, não houve diferenciação entre essas categorias, fato que ganha nova roupagem no marco da migração de trabalho, no contexto da globalização, no qual se reproduz o paradoxo da necessidade de mão de obra de imigrantes, principalmente, em países desenvolvidos com baixa taxa de natalidade (SEYFERTH, 2008).

Para Assis (2018), a nova Lei de Migrações reposiciona o imigrante a uma nova categoria, isto é, um sujeito de direitos, equiparado a um cidadão nacional. O imigrante passa a ser tratado de forma diferente em relação a leis anteriores, que tinham o viés da criminalização do transnacional, do indivíduo que não tivesse nascido no Brasil. Para Assis (2018), a nova Lei de Migrações traz uma série de ganhos e avanços, com destaque para a valorização dos direitos humanos, o combate à xenofobia, a não criminalização de migrantes, além da permissão de o imigrante poder participar de sindicatos e manifestações políticas com finalidades pacíficas. Segundo a autora, outro ganho importante da nova lei é a facilitação para a obtenção de documentação de permanência e acesso ao mercado de trabalho. A nova lei também contempla a situação dos direitos de brasileiros que residem em outros países, abordagem inédita e relevante em tempos de globalização, uma vez que muitos brasileiros buscam melhores condições de vida em outros países,

principalmente, na Península Ibérica.

Segundo Vedovato e Assis (2018), a nova lei nascida no Senado Federal, como toda legislação que deseja ser abrangente e eficaz, surgiu da iniciativa popular e passou por várias fases de discussão, tanto na sociedade civil como na Câmara dos deputados e no Senado Federal. Contudo, segundo a Constituição Federal de 1988, precisa passar pelo crivo da Presidência da República, que avalia o projeto sob o ponto de vista da soberania nacional e também com o propósito de emissão de regulamentação que busca esclarecer ou detalhar temas controversos ou de dupla interpretação. Para Vedovato e Assis (2018), o veto é prerrogativa do presidente e, ao exercer este direito, pode demonstrar preocupação com pontos controversos e de dúvida interpretação, portanto, sujeitos à regulamentação. O contexto atual não envolve apenas migrações, mas também a problemática relação dos refugiados ou expulsos de seus territórios, como os Sírios.

O Presidente da República vetou 20 pontos da nova lei, que ainda passarão pelo crivo do Congresso Nacional, que poderá derrubar estes vetos ou acolhê-los. Para Assis (2018), os vetos ainda são resquícios de legislações anteriores, atinentes a conceitos restritivos ao migrante e a medidas que limitam aos povos originários e às populações tradicionais, a livre circulação, em busca da sobrevivência e da subsistência, coletando alimento e suprimentos.

Segundo Assis (2018), apesar dos vetos, a nova lei representa um avanço e uma conquista dos movimentos sociais, pois devemos levar em consideração a conjuntura nacional e internacional em que os governantes têm buscado a restrição aos direitos dos migrantes, criando um cidadão de segunda classe. Para a autora, o Brasil se contrapõe a esta política nacionalista, abolindo o estatuto do Estrangeiro e a visão retrógrada do estrangeiro como um ser alienígena e ameaçador da soberania nacional.

A legislação do estado do Rio Grande do Sul, o decreto nº 49.729 de 22 de outubro de 2012, instituiu o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT/RS), ficando vinculado a Secretaria da Justiça, Cidadania e dos Direitos Humanos. E o comitê, tem o papel de elaborar um plano estadual de políticas de atenção a esta população, recém chegada ao estado.

4 METODOLOGIA

4.1 O município de Poço das Antas – Perfil e indicadores

Segundo o IBGE/2020, o município possui uma população estimada de 2.101 habitantes. Num levantamento anterior, 880 pessoas eram enquadradas como população urbana e 1.202, como residentes na área rural do município IBGE/2019. Na caracterização por gênero IBGE/2018, eram 1.142 homens e 1.072 mulheres. Observamos que a população evolui lentamente desde o último censo IBGE/2010, que registrava 2.017 habitantes, isto é, um acréscimo de 4,00 % em uma década.

Quanto ao Perfil Social, possui índice IDESE 2016 (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) de 0,76, ranqueado na 203^a posição no estado do Rio Grande do Sul. Comparando o IDESE dos anos 2007 (0,7213) e 2016 (0,7606), percebe-se que houve um aumento/evolução de 5,17%. Quanto aos indicadores de renda, segundo o IBGE/2017, o PIB (produto Interno Bruto) foi de R\$ 71.264.720,00, enquanto o PIB anual Per Capita, segundo o IBGE/2017, foi de R\$ 33.743,00. Quanto à faixa de remuneração média, segundo IBGE/2018, 55,38% dos trabalhadores ganham entre 1,51 a 2,00 salários-mínimos. A renda domiciliar *per capita*, conforme IBGE/2010, é de R\$ 806,97. O índice Gini da Renda Familiar 1991-2010 (GINI-RS) é 0,547. De acordo com os Indicadores de Educação IBGE/2010, a Taxa de analfabetismo é de 2,6%.

4.2 Método de pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, além da pesquisa bibliográfica e documental para obter informações que contribuíssem para a construção dos dados, foi realizada uma pesquisa etnográfica no município de Poço das Antas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem etnográfica multissituada, pois, como disse Marcus (2001), ela permite estudar um fenômeno social que não pode ser abordado pelo estudo de apenas um local, mas de vários pontos onde há interação, setores de acolhimento, trabalho, trocas culturais. O objetivo principal da pesquisa multissituada é seguir pessoas, conexões, associações e relações através do espaço. O emprego deste método requer um campo disperso no qual o pesquisador transita e coleta informações que buscam dar conta das ligações existentes entre os diferentes lugares componentes do objeto de estudo. Foram utilizadas técnicas de pesquisa aplicadas em Estudos Sociais, como entrevistas dirigidas, observação, diários de campo e análises de documentos.

Ainda, foram tomados como eixos de referência na pesquisa, os espaços sociais ocupados pelos haitianos no município de Poço das Antas, selecionado como ponto de partida da pesquisa por tratar-se de um município com maior população migrante, em comparação a outros municípios da região. Neste município realizou-se o estudo de caso, cujos resultados poderão servir de parâmetro para comparar a situação de dinâmicas migratórias em outros locais, regiões e países. O período da abordagem é de 5 anos, iniciando em 2014, após a chegada do primeiro grupo de Haitianos, até 2019.

Iniciou-se a pesquisa indagando os órgãos públicos acerca das ações desenvolvidas a partir dessa onda migratória. Foram pesquisados registros oficiais dos atendimentos em saúde e educação, que são as principais demandas dos imigrantes nessa área. Na Secretaria da Educação, buscaram-se informações relativas à inclusão dos filhos de haitianos nas escolas. Vale observar que a maioria das crianças matriculadas nas séries iniciais, filhos e filhas de haitianos em Poço das Antas, nasceram no Brasil; portanto, são brasileiras. Recentemente, chegaram crianças nascidas em outros países, portanto, também migrantes, com necessidades de inclusão mais complexas, em virtude de dificuldades com o idioma.

Foram entrevistados os profissionais encarregados de atendê-los, para identificar as principais dificuldades na atenção à saúde e à educação dos haitianos. Foram aprofundados os reflexos das dificuldades de comunicação linguística, o desconhecimento da língua portuguesa e a comunicação cultural. Junto à secretária de assistência social, foram levantadas as principais demandas dos migrantes e as medidas adotadas pelo setor público para atendê-las. As possibilidades ou os limites para a inclusão nos programas brasileiros, como Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), que propicia uma série de benefícios assistenciais aos recém-chegados.

Também se questionou a respeito dos programas implementados pelos gestores das empresas e cooperativas que trouxeram os imigrantes e providenciaram emprego e acolhimento inicial. Os espaços de produção econômica se constroem em torno das relações de trabalho, observando as condições de trabalho, as posições que ocupam, o significado desse espaço de produção para os imigrantes.

Ainda, foi realizada uma pesquisa no SINE, referente aos espaços de trabalho ocupados pelos haitianos (as). Também foram buscadas informações acerca de vínculos de trabalho informal estabelecidos pelos migrantes haitianos na área da construção civil e em outras atividades, conseqüentemente, sem usufruir benefícios trabalhistas, como a seguridade social da carteira de trabalho registrada, que a legislação brasileira confere aos empregados.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas empresas que empregam os haitianos (as), tomadas como laboratórios de análise, bem como com a população local (residentes no local antes da migração haitiana), com proprietários de áreas de terra cultivadas por haitianos e com os próprios haitianos, com o objetivo de abordar diferentes pontos de vista, em relação à dinâmica observada a partir da chegada deste novo grupo de migrantes. Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os haitianos, para indagar-lhes acerca dos limites e das possibilidades que eles têm encontrado para participar dos espaços públicos desses municípios.

Os questionários das entrevistas (no anexo) não envolviam dados pessoais,

possíveis de identificação, como nome, apenas a idade do respondente, para preservar seu anonimato. Para facilitar a organização, foram criadas três categorias de questionários identificados como sendo “L” – Moradores de Poço das Antas, antes da chegada dos haitianos; o questionário “M” - imigrante haitiano; o “N” - proprietário de área de terra, que a empresta para o plantio. Além da letra de identificação, também foram identificados o mês e o ano das entrevistas.

Como os haitianos vieram basicamente contratados por um frigorífico da região, desde o início da operação de abate e processamento de carnes suínas, foram realizadas visitas junto com diretoria e a gerência da unidade, às instalações de atendimento aos colaboradores, como nos refeitórios, vestiários, salas de convivência e, principalmente, nas linhas de produção, onde constatamos em quais setores havia maior concentração de migrantes e quais as funções que, prioritariamente, eram desempenhadas pelos haitianos. Nosso grupo de estudos fez uma visita, em 2018, à prefeitura, à secretaria de educação, como também estivemos nas áreas cultivadas pelos migrantes haitianos.

Além desta visita do grupo, foram feitas diversas visitas a secretários municipais e o acompanhamento de atividades de assistentes sociais no Centro de referência em assistência social (CRAS), de professores municipais, sempre com prévio agendamento. As novas tecnologias facilitaram muito os agendamentos. Também se agendavam visitas às áreas de cultivo, às atividades esportivas, ou para participar de reuniões para a distribuição e a coleta do questionário. O agendamento era realizado por aplicativos como (*WhatsApp*), que os migrantes disponibilizam para a troca de informações e de dados. Já com os secretários municipais e demais entes municipais, como, por exemplo, o médico que atende na Unidade Básica de Saúde (UBS), a forma de comunicação utilizada foi o *e-mail*.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Capítulo I: A chegada dos haitianos em Poço das Antas

Neste primeiro capítulo, realizou-se um levantamento geral dos diversos elementos físicos, jurídicos e culturais que têm perpassado o processo migratório dos haitianos para o Vale do Taquari nos últimos 5 (cinco) anos. Iniciamos, caracterizando a cidade destino.

O Município de Poço das Antas

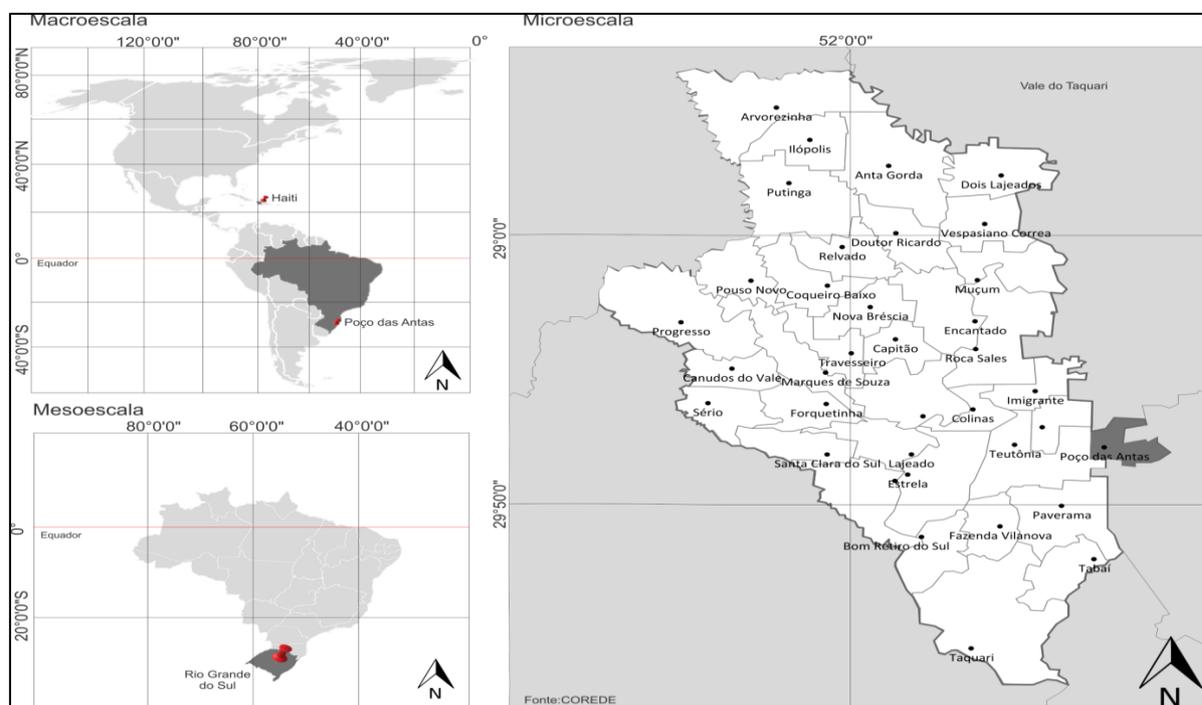
Localizado no Vale do Taquari, historicamente, Poço das Antas é uma gleba que pertencia ao Vale do Caí. É um território que foi ocupado no século XIX, por descendentes e imigrantes europeus, conforme relatado: “[...] os primeiros moradores, colonos vindos das colônias velhas, que vieram para Poço da Antas se instalaram na Boa Vista por volta de 1890[...]” (KNOB; KNOB, 1998). Segundo estes autores, os imigrantes alemães, após a superlotação de São Leopoldo, colônia velha, saíram em busca de novas terras, processo conhecido como enxamagem, assentando-se em Poço das Antas.

Entretanto, antes de ser uma colônia, a região de Poço da Antas foi território indígena e, posteriormente, uma sesmária, doada, em 1815, a Florinda Rosa de Castro. Depois de sua morte, a gleba ficou para sua irmã Joana, que vendeu as terras para o Barão de Jacuhi, que, segundo Knob e Knob (1998, p. 42), foi o responsável pela venda das terras aos imigrantes alemães. Os “[...] senhores Pedro Ely Filho, Jacob Ely e Pedro Weber, em 1878, formaram uma sociedade de compra

e venda de terras [...]”, assim iniciando o povoamento de Poço das Antas.

Os imigrantes e seus filhos assentados em Poço das Antas edificaram suas casas, igrejas e escolas, transformando o local num vilarejo, em pouco tempo. Além dos imigrantes alemães, também se assentaram descendentes de italianos numa parte do território, formando-se assim uma população multiétnica. Poço das Antas pertenceu a Salvador do Sul e a Montenegro no Vale do Caí até o ano da sua emancipação, em 1988, quando passou a pertencer ao Vale do Taquari (KNOB; KNOB, 1998). O mapa esquemático da (FIGURA 1), traz a localização do município.

Figura 1 – Localização de Poço das Antas na região, Brasil e América



Fonte: Do autor (2020).

Atualmente, Poço das Antas é um município em que a maioria da população reside na zona rural 57,77% (IBGE, 2019). Após a instalação do frigorífico de abate de suínos, no final de 2012, mudou consideravelmente o perfil econômico da cidade. Desde lá, a indústria tem a maior fatia na participação por setores, no índice de valor adicionado, superando a agropecuária, que, até então, na sequência histórica do IBGE, sempre estava com larga vantagem, em relação aos demais setores. Ainda, segundo (DATASEBRAE, 2020), do perfil das cidades gaúchas, Poço das Antas teve um acréscimo no índice do PIB anual Per Capita, no período de 2012 a 2017. Ou seja, a instalação do frigorífico dinamizou a economia local, praticamente

dobrando o PIB Per Capita (+ 95,00%), apesar de ter havido um crescimento populacional de 4,0 %, na última década (IBGE, 2020).

Conforme já explicitado, o objetivo deste trabalho é colher e analisar dados e apresentar resultados acerca da atuação das instituições públicas, governamentais e não governamentais, através de programas que atendem as necessidades que resultam da mobilidade haitiana para Poço das Antas. Estes dados foram obtidos através de conversas com agentes que têm participado do processo de inserção, como o Gerente Administrativo, em 2013, do frigorífico de abate de suínos da Cooperativa Languiru, no município de Poço das Antas, que, atualmente, ocupa a função de secretário da Administração municipal. Também houve conversas com o médico encarregado do Posto de Saúde, com o responsável pelo setor de Recursos Humanos da cooperativa, que possui a planta de abate e de transformação da carne suína no município e que participou da seleção e da contratação. Participamos, junto com outros empresários, de uma visita às instalações do frigorífico inaugurado em 13 de abril de 2012, a fim de compreender o processo e a tecnologia implantada para o abate e o processamento de carne suína.

A instalação do frigorífico na cidade de Poço das Antas alterou o perfil da cidade nos quesitos econômicos, criando uma tendência de aumento de renda *per capita* da população. Segundo o DataSebrae, o PIB anual *per capita* passou de R\$ 17.300,00 no ano de 2012, para R\$ 33.743,00 no ano de 2017, acréscimo de 95,00% no período. Ressalta-se que, segundo estudo, não houve instalação ou ampliação de outra empresa, neste período, no município. Ainda, segundo o mesmo estudo, o valor adicionado por setor, especificamente, do segmento industrial no município, que estava em 9% em 2012, passou para 35% no ano de 2017, diminuindo a participação neste quesito, dos setores agropecuário e de serviços.

As empresas empregadoras

Os haitianos chegaram a Poço das Antas, RS, através do frigorífico sediado na cidade, por iniciativa dos gestores que desenvolvem o projeto apoiados na experiência de outros frigoríficos da região do Vale de Taquari, que buscaram suprir a carência de mão de obra em suas empresas, negociando a vinda de migrantes que se encontravam no Acre.

A contratação de haitianos em Poço das Antas iniciou pelo frigorífico de abate e processamento de carne suína, da cooperativa Languiru. A equipe de Recursos Humanos, visando atender a uma demanda de colaboradores, num contexto de grande escassez de mão de obra na época da inauguração desta nova planta industrial no município de Poço das Antas, buscou selecionar trabalhadores de outras regiões do país. Não obtendo êxito, buscou a contratação dos recém-chegados haitianos ao Norte do Brasil. Houve o deslocamento de representantes até Brasileia, cidade localizada na fronteira com a Bolívia. Após a seleção dentro de critérios preestabelecidos pela diretoria da cooperativa, seu conselho de administração e pela legislação brasileira, ocorreu a contratação do primeiro grupo de imigrantes. Segundo entrevista com responsáveis pelo setor de Recursos Humanos, a intenção era que a contratação fosse feita em grupos menores, para facilitar a instalação e o acompanhamento do grupo em Poço das Antas.

A vinda dos haitianos trazidos pela Languiru ocorreu em duas etapas. Após essas duas primeiras etapas de contratação pela cooperativa, houve a continuidade de contratações de haitianos, porém, através de suas próprias redes migratórias e de seus contatos familiares e profissionais. O primeiro grupo chegou em ônibus locado pela cooperativa Languiru. Eram 42 imigrantes do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 50 anos. Segundo o encarregado do RH da Cooperativa, no dia 09/12/2013, chegou o primeiro grupo de haitianos, vindos da Brasileia. Na segunda etapa, vieram 30 homens haitianos, na faixa etária de 18 a 50 anos. Um aspecto que se destaca é que foram selecionados apenas haitianos homens. O critério de exclusão das mulheres era porque eles desempenhariam funções que exigem maior esforço físico. Outro critério era a escolaridade, ou seja, era selecionado quem tinha o segundo grau completo ou curso superior. Para o encarregado do setor de Recursos Humanos da cooperativa na época, era mais fácil acomodar pessoas do mesmo sexo. Eram distribuídos quatro migrantes em cada quarto com armário. Após a vinda desses dois grupos, chegaram outros, sem o transporte e a seleção prévia da cooperativa. Ao todo, foram contratados 85 trabalhadores haitianos, que partilhavam a cozinha coletiva no alojamento.

Figura 2 – Antigo hospital localizado em Poço das Antas, RS – Adequado para a utilização como residência provisória para os Haitianos



Fonte: Do autor (2018).

O frigorífico negociou a ocupação do prédio para acomodar os haitianos com a Diocese da Igreja Católica, com sede em Montenegro, proprietária do antigo hospital (FIGURA 2), reformando-o e adequando-o para a acomodação dos migrantes. No local, além da pintura interna completa do prédio, foram reformados as cozinhas e os banheiros e foi feita uma revisão geral no sistema elétrico, com a inclusão de novos pontos de energia. Além do espaço físico condicionado para alojar os migrantes, a empresa mobilizou-se para providenciar recursos básicos, como vestuário, porque chegavam apenas com a roupa no corpo. Segundo o antigo gerente, a cooperativa providenciou todos os recursos iniciais para a permanência dos migrantes, além de roupas, um enxoval mínimo com colchões, lençóis, travesseiros, kits de higiene pessoal.

A Cooperativa fazia um contrato de seis meses com os haitianos, providenciando-lhes alimentação e moradia. Após esse período, eles deveriam sair para procurar moradia, mesmo que continuassem fazendo suas refeições principais no refeitório da Cooperativa. Alguns ficaram no alojamento durante um ano, outros foram para o município vizinho, Teutônia. Fato que evidencia a característica da experiência migratória, a mobilidade constante impulsionada pela procura por estabelecimentos em centros urbanos e a busca por melhores condições de vida.

Figura 3 – Planta Industrial: Frigorífico de Abate de Suínos em Poço das Antas, RS



Fonte: Acervo site da cooperativa Languiru (2018).

Para atender os imigrantes, a Cooperativa contratou uma equipe de profissionais, formada por psicóloga e assistente social, a fim de ajudá-los a enfrentar problemas emocionais e práticos inerentes ao processo de inserção na cidade. Entre os primeiros migrantes haitianos que se estabeleceram no alojamento havia muitos conflitos, brigavam entre eles por comida e pelo uso dos computadores, que eram em número de seis; então, o uso era bastante disputado. Houve um caso em que o líder dessa turma de haitianos chegou a jurar de morte um deles, não aceitando que um mandasse no outro, relata o funcionário do RH que atuava na época, na unidade industrial. Após a mudança de grupos menores para moradias alugadas, não há relatos de conflitos ou discussões em espaços públicos, de acordo com entrevista a moradores (L4-11-2019).

A equipe de profissionais do frigorífico de suínos (FIGURA 3), ao mesmo tempo que atendia os haitianos, conforme suas necessidades, era encarregada de dar assistência profissional aos funcionários locais, nativos da região, no sentido de prepará-los para recepcionar positivamente os novos colegas, vindos de outros países e de outras culturas, objetivando a abertura para a interculturalidade. Uma das formas de abertura cultural foi através da comida, nas refeições: “tivemos que fazer adequações em relação a cardápio, principalmente em relação a condimentos oferecidos. Uma das reivindicações foi a diminuição do sal e a substituição de alguns temperos, como inclusão da pimenta”, afirma o encarregado de RH. A

nutricionista responsável pelo refeitório do frigorífico, como forma de criar uma maior harmonia entre os recém chegados e os empregados que já residia em Poço das Antas, criou um cardápio especial, e lançou o programa “prato haitiano”, um dia por semana, eram servidos, os alimentos básicos como feijão preto, arroz, com temperos típicos do Haiti, e saladas do país caribenho. Com está dinâmica, os funcionários conheceram melhor a culinária haitiana, inclusive foi muito elogiada, criando um ambiente acolhedor, para os recém chegados.

No final do ano de 2020, havia, na Unidade de abate de suínos da Cooperativa em Poço das Antas, há 86 imigrantes no quadro de empregados: 84 haitianos, um uruguaio e um chileno. Apesar das dificuldades, o fluxo continua. Segundo informação recente de um haitiano que acolhe e auxilia migrantes, atualmente chegam em torno de dez haitianos por semana (M8-01/2020). Porém as rotas migratórias, tem mudado em função de restrições em fronteiras dos países. O grupo haitiano relata que atualmente a entrada no território brasileiro, tem si dado, pelo estado de Roraima e pela Guiana, no extremo norte do Brasil.

Segundo relatos da equipe de Recursos Humanos da cooperativa, este trabalho de acolhimento, somado ao apoio no aprendizado da língua, foram fundamentais, nos primeiros dias da chegada a Poço das Antas, que é uma cidade com uma população de 2216 habitantes, conforme (IBGE, 2018). Ainda, segundo (RAMOS, 2009), o migrante, na maioria das vezes, apresenta-se como uma população vulnerável, tanto em termos de saúde, como também em termos de moradias precárias, tendo em vista a dificuldade de obtenção de aval (fiador) ou fiança para assinatura de contrato de aluguel de moradia, que lhe dê abrigo e dignidade. Por tratar-se de uma população heterogênea, precisa de acompanhamento das equipes do CRAS municipal, no atendimento e na inserção do novo morador nas rotinas e oficinas de qualificação, que os municípios disponibilizam, para criar um ambiente acolhedor e humanizado. No caso de Poço das Antas, também foram criados cursos profissionalizantes, com aula de noções básicas de informática e noções de acesso às redes sociais, ferramenta muito utilizada para a comunicação com outros membros do grupo familiar na região e também no país de origem.

De acordo com um dos agentes do processo, o atual secretário do município

de Poço das Antas, o trabalho da assistente social e da psicóloga foi um suporte fundamental para a inclusão harmônica dos haitianos na cidade. Hoje, após cinco anos do início do processo, segundo o secretário do município, a convivência é harmônica e tranquila; fundamenta-se no respeito mútuo entre os novos migrantes e os descendentes de migrantes, num cenário, conforme já foi apontado, em que predomina a população descendente de imigrantes alemães e italianos (KNOB; KNOB, 1998). As barreiras culturais observadas à primeira vista ocorrem em função das diferenças culturais entre os migrantes e a sociedade local, expressas por exemplo, nas normas e valores que perpassam as relações familiares, nos papel das mulheres e na educação dos filhos (M5-12/2019).

Ainda, segundo Knob e Knob (1998), os descendentes, apesar de corresponderem à segunda e à terceira geração da imigração europeia, não se autodenominam brasileiros, mas, alemães ou italianos, designação que evoca a reivindicação de uma identidade como migrantes europeus. Fenômeno que, em alguns casos, estende-se à solicitação de cidadania alemã ou italiana, conforme o caso. Nesse contexto cultural, em que se arroga a preservação de traços alemães e italianos, insere-se a população haitiana. Por outro lado, ao longo dos (cinco) anos, o perfil da população migrante haitiana mudou. Não são apenas homens solteiros. A maioria já trouxe a esposa e os filhos do Haiti, financiando-lhes a viagem, para, juntos, formarem uma família aqui no Brasil. Outros construíram relacionamentos com mulheres haitianas que estavam na cidade ou na região do Vale do Taquari ou ainda com brasileiras, conforme evidenciado em entrevista com um migrante haitiano (M4-12/2019).

De acordo com o responsável do setor de recursos humanos da cooperativa, ao ser indagado em relação à situação dos migrantes haitianos, uma das principais barreiras iniciais dos haitianos é a língua. No começo, eles tinham problemas de comunicação por desconhecimento da língua. Segundo ele:

“O primeiro grupo de haitianos vindos do Acre ficou no alojamento junto ao antigo hospital de Poço das Antas, a maior dificuldade estava na comunicação, visto que a grande maioria não falava português. Alguns dominavam o inglês ou francês, mas vários somente se comunicavam em dialetos creole. Pessoas da comunidade local, de forma voluntária, ofereceram ‘aulas’ aos imigrantes interessados para aperfeiçoar a comunicação. A receptividade da comunidade, o empenho do poder público juntamente com as ações da Cooperativa, foram cruciais para que a adaptação desse certo”.

A fala do entrevistado evidencia que houve acolhimento, interação e conhecimento mútuo, nos últimos 5 anos, o que hoje propicia uma vivência harmônica e respeitosa entre os migrantes recentes e a população que habitava Poço das Antas antes da chegada dos haitianos. Durante as entrevistas, ficou evidente a credibilidade dos migrantes no comércio local, onde os haitianos têm histórico de serem bons pagadores. E, por parte dos migrantes, a confirmação do fortalecimento dos vínculos de confiança com a comunidade local. Em entrevista (L2-10/2019), questionário aplicado aos moradores de Poço das Antas, afirmou-se que o fato de os migrantes terem tido a atitude de plantar áreas desocupadas para o cultivo de alimentos, fora do horário de trabalho, melhorou sua imagem, pois demonstraram empenho e dedicação para aprimorar sua condição de vida com a produção de alimentos e com o trabalho colaborativo. Esse comprometimento com o grupo, as áreas cultivadas e a forma organizada do cultivo surpreendem e causam admiração dos vizinhos e demais moradores locais.

A saúde dos imigrantes, tanto no aspecto físico como mental, deve fazer parte da sua inserção na nova casa, das novas vivências e do processo de aculturação. Ramos (2009) ressalta a necessidade de atenção com a saúde física e mental dos migrantes, como forma de atendimento das condições mínimas de acolhimento. Portugal e a União Europeia colocam a saúde como preocupação básica, para, a partir dela, criar condições de acesso ao exercício da cidadania. Estas medidas também repercutem na forma como os migrantes reagem às novas regras e à nova rotina, num território desconhecido. Ao oferecer o direito fundamental à saúde ao migrante, procura-se prevenir o estresse, a depressão, doenças físicas e psíquicas. Em relação ao caso específico de Poço das Antas, a cooperativa, quando fez a contratação inicial dos migrantes, teve o cuidado de criar uma estrutura de acolhimento e de adaptação à realidade local, no âmbito da moradia, alimentação, saúde, bem como, em termos de apoio psicológico dos novos contratados, vindos de um país caribenho, com particularidades culturais diversas. A Cooperativa também acompanhou a equipe que já residia na região e teve o primeiro contato com os haitianos, na convivência diária da rotina de trabalho.

Segundo Franken, Coutinho e Ramos (2010), um ponto em comum entre o estudo da migração de brasileiros para a Suíça e a dos haitianos para o Brasil é a dificuldade com o novo idioma que é sempre apresentado como uma barreira difícil

de transpor. Outro aspecto a destacar é que os migrantes, apesar de virem da terra natal com grau de instrução relativamente alto (ensino médio e até em alguns casos com curso superior), não são reconhecidos pelo mercado de trabalho; conseqüentemente, a remuneração é baixa, considerada insuficiente pelos migrantes, para sua sobrevivência e ainda enviar parte para os que ficaram na terra natal. Os homens, nos dois casos, trabalham na indústria. A diferença básica é que a maioria dos trabalhadores de Poço das Antas que atuam no frigorífico de abate de suínos desempenha função de desossa e serviços ligados ao processamento de carnes; todos possuem registro na carteira de trabalho e direitos trabalhistas, de acordo com a CLT – Consolidação das leis do Trabalho do Brasil. Por outro lado, segundo o relato da pesquisa de campo de (FRANKEN; COUTINHO; RAMOS, 2010), os trabalhadores brasileiros, em Genebra, na Suíça, trabalham de maneira informal, com mais de oito horas de trabalho diárias, em atividades, na maioria das vezes, ligadas a serviços de limpeza.

De acordo com informações colhidas no SINE (Sistema Nacional de Emprego), em Teutônia, cidade mais próxima de Poço das Antas, que conta com uma agência de atendimento, que, coincidentemente, fica na administração central da Cooperativa Languiru, o vínculo empregatício dos imigrantes haitianos é na divisão de suínos. As informações também demonstram que não há procura por vagas no SINE, para Poço das Antas, ou seja, a empresa utiliza sistemas de seleção, diretamente vinculados à central de currículos do setor de Recursos Humanos, sendo as vagas demandadas diretamente à unidade do frigorífico, assim que os novos migrantes chegam à cidade de Poço das Antas. Na unidade do SINE, há vagas disponíveis para outras plantas de abate de frangos, nos municípios vizinhos de Westfália e Garibaldi.

Outro ponto esclarecido nas entrevistas (M5-11/2019) foi o motivo da vinda ao Brasil para trabalhar. A resposta, dividida em partes, apontou como pontos negativos, *“No Brasil o salário em reais, não vale muito, minha mãe trabalha em um restaurante nos Estados Unidos, e ganha em dólar, e quando preciso ela me ajuda”*. portanto, sobraria um valor maior para as remessas ao país de origem (diásporas). Entre os pontos positivos, destaca maior facilidade de acesso, a documentação para trabalho e regularização é acessível, o que cria uma condição de viabilidade e menor risco de vida, a segurança em comparação com outras fronteiras, como, por

exemplo, os Estados Unidos da América “*Só que é muito perigoso ir para os Estados Unidos, as fronteiras, muitos morrem tentando*”. Outro ponto positivo, segundo o entrevistado, é a legislação trabalhista (CLT), que não existe no Haiti, onde todos trabalham de forma informal e com precariedade de direitos, sem recolhimento à previdência; portanto, não há aposentadoria, nem outro tipo de benefício por tempo de serviço. Ainda, segundo o entrevistado, só há aposentadoria para funcionários públicos. Os trabalhadores privados são todos informais no país de origem e não recebem auxílio na fase da velhice; “*Nem as pessoas de idade recebem ajuda no Haiti*” fica a cargo dos familiares, auxiliar com medicamentos e manter os idosos até o final da vida (M5-11/2019).

5.2 Capítulo II: Programas municipais e políticas públicas

Neste capítulo, foram analisados os programas e projetos públicos que atuam no atendimento da nova população migrante, nos setores onde se observa maior demanda, como acesso a habitação, saúde, educação e assistência social.

Atendimento público à assistência social

Na perspectiva da ideia de atender ao fluxo da vida, a presença feminina leva à constituição de famílias entre a diáspora haitiana, porque é comum as mulheres engravidarem logo após a reunificação ou união familiar. A gravidez de haitianas em Poço das Antas é uma situação que revela, segundo Jardim (2017), como as políticas públicas têm se reinventado com a presença de migrantes. É uma oportunidade de descobrir “a singularidade da experiência migratória perante os equipamentos públicos (relativos à saúde e à educação) a partir de experiências relativas aos fluxos da vida” (p. 202). Na pesquisa etnográfica, observa-se que a gravidez das haitianas mobiliza os agentes de saúde. Elas recebem acompanhamento no CRAS – (Centro de Referência em Assistência Social) e as consultas do pré-natal são feitas no posto de saúde, No momento do parto, as mães são encaminhadas ao hospital mais próximo, no caso, Teutônia, que fica a 15 Km de Poço das Antas.

Figura 4 – Centro Municipal de Ensino de Poço das Antas de Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2018).

Com o nascimento dos filhos, os haitianos se mobilizam para procurar vagas para eles nas escolas infantis da cidade. O principal local de atendimento educacional às crianças, filhos e filhas de haitianos, uns nascidos no Brasil e outros no Haiti, é no Centro Municipal de educação (FIGURA 4). Este Centro funciona nas imediações do alojamento onde foram recepcionados os primeiros haitianos que chegaram a Poço das Antas, muito próximo do Centro Administrativo municipal, onde também estão as instalações da Unidade Básica de Saúde e do CRAS. A localização é estratégica, porque facilita o acompanhamento das atividades desenvolvidas por parte da Secretaria da Educação. Essas atividades se centram em torno de dois objetivos principais: responder à demanda de integrar e acolher estas crianças, filhas de haitianos, que necessitam de especial atenção no processo de inserção, devido às diferenças culturais, como também tratar de problemas relacionados às barreiras com a língua, pois, na maioria das vezes, iniciam as atividades na escola de Educação Infantil sem saber falar português.

Atendimento público à educação

O Centro Municipal de Educação é uma escola de Educação Infantil, de propriedade e manutenção da Secretaria Municipal de Educação, que atende os bebês que chegam com quatro meses, após a licença maternidade das mães. Segundo o relato da diretora, atualmente, estão frequentando a escola de Educação Infantil, seis alunos, filhos de haitianos, dos quais cinco são nascidos no Brasil: um,

em Cafelândia – Paraná/BR; um, em Passo Fundo – RS/BR; um, em Lajeado – RS/BR; dois, em Teutônia-RS/BR, que é a maternidade mais próxima de Poço das Antas, já que o município não possui hospital, apenas unidades básicas de saúde (UBS). Uma menina que chegou recentemente a Poço das Antas, nascida em Porto Príncipe, capital do Haiti, está com 5 anos e fala apenas espanhol. No período inicial de adaptação, ela teve dificuldades de comunicação; porém, recebeu atenção especial por parte dos professores e evoluiu bastante na compreensão da língua, melhorando sua integração com os colegas de escola.

Outro educandário que também atende crianças descendentes de haitianos nascidas no Brasil, porém, em menor número, é o colégio municipal Leo Pedro, que fica aproximadamente a 1 Km do centro da cidade, no qual também estão matriculados quatro alunos, filhos de haitianos. Neste educandário, estudam crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, de primeira a quarta série primária.

Atendimento público à saúde

O atendimento de saúde em Poço das Antas é feito na Unidade Básica de Saúde (UBS) (FIGURA 5), situada no centro da cidade, ao lado da prefeitura municipal, que fornece atendimento básico, já que o município não possui hospital. Para essa Unidade, são direcionados os atendimentos aos pacientes com doenças que não são graves. Caso precisarem de atendimento mais especializado e exames médicos complexos, são encaminhados a outros centros especializados. Todo o atendimento médico e medicamentos são fornecidos de forma gratuita aos pacientes, custeados pelo SUS - Sistema Único de Saúde, em convênio com a Secretaria Municipal de Poço das Antas.

No Posto de Saúde atendeu, até o ano de 2019, um médico cubano, contratado em 13 de fevereiro de 2017, pelo programa “Mais Médicos” do Governo Federal. Através de convênio entre a União e os municípios, os médicos estrangeiros ocupam postos de atendimento, principalmente, em pequenas cidades, propiciando um atendimento diferenciado, chamado médico da família. Nas UBS, estes profissionais fazem um acompanhamento de pacientes com doenças como hipertensão arterial, entre outras práticas de prevenção a doenças crônicas.

Figura 5 – UBS - Posto de saúde central de Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2018).

O fato de o médico provir de uma ilha caribenha facilita a comunicação com os haitianos e permite dar-lhes suporte no Brasil, país continental, com ampla diversidade cultural e étnica. Interessado em conversar com esse médico a respeito do atendimento específico aos haitianos, encaminhamos mensagem com perguntas para ele, através de um e-mail, forma escolhida pelo médico para responder às questões, respeitando princípios éticos. O profissional chamou atenção ao fato de ter o maior respeito pelos imigrantes, até por entender que *“todos somos imigrantes em épocas diferentes, de origens diferentes”*, ressalta na mensagem do e-mail.

Em relação à maior dificuldade que os haitianos enfrentam na rede de atendimento à saúde de Poço das Antas, o médico entrevistado afirma que é *“a dificuldade com a língua portuguesa para expressar as suas mais diversas queixas”*. No que diz respeito à interferência cultural no atendimento às mulheres, disse que não teve nenhuma dificuldade por enquanto. Geralmente, elas vêm com os seus parceiros ou com outro haitiano que fala um pouco melhor o português para traduzir os seus problemas de saúde, já que essa é maior dificuldade. Muitas chegam aqui sem saber falar nada.

Quanto às principais enfermidades que levam esta população a buscar atendimento, disse que são infecções respiratórias agudas, doenças do aparelho

osteomioarticular, por esforços repetitivos no trabalho (lombalgia, cervicalgia, tendinite, entre outras), insônia não orgânica, cefaleia tensional, hipertensão arterial.

Quanto aos aspectos positivos destacados no atendimento de saúde dos haitianos em Poço das Antas, afirma: *“Eu acho que têm atenção médica e de enfermagem de graça, recebem muitas medicações da farmácia da (UBS) Unidade Básica de Saúde, sem ter que pagar. Além disso, se precisar de encaminhamentos, realizar exames, entre outros procedimentos, têm os mesmos direitos que os moradores de Poço das Antas quanto a atenção primária e secundária em saúde”*.

No final, salienta um fato que tem lhe chamado a atenção no atendimento aos haitianos durante o período que tem trabalhado em Poço das Antas:

“Teve um paciente haitiano com múltiplas queixas somáticas do aparelho digestivo, muito difícil de compreender na hora de consultar pela dificuldade para falar português. Foi consultado inúmeras vezes, até por uma médica brasileira que trabalhou na UBS. O exame físico e os exames solicitados mostraram resultados normais. Alguns, como ele, desenvolvem transtornos de somatização causados por começar uma nova vida em um país estrangeiro e ter deixado suas famílias (filhos, esposas, esposos) lá em Haiti”.

Comparando a migração haitiana com a brasileira para outros países, no caso de Genebra na Suíça, segundo (FRANKEN; COUTINHO; RAMOS, 2010), a maioria dos migrantes entrevistados, que estava entre o primeiro e o terceiro ano no país europeu, apresentava sinais semelhantes ao do luto, em função das profundas mudanças psicossociais e da adaptação às normas e às regras de convivência, além de muitos apresentarem sinais de estresse e sofrimento. Ainda, segundo os autores, as mulheres sem cidadania, na Suíça, estão submetidas a uma série de dificuldades, como insegurança, o isolamento dos familiares no local de acolhimento, e, muitas vezes, incompreendidas, ficam mais vulneráveis a transtornos e apresentam maior fragilidade da saúde mental.

Na entrevista, o médico de Poço das Antas da Unidade Básica de Saúde relatou casos semelhantes de migrantes haitianos recém-chegados, em período de adaptação, provavelmente, devido ao afastamento da família e à mudança radical em suas rotinas. Eles apresentavam queixas de dores recorrentes, que, após

exames clínicos, com resultados normais, levam a um diagnóstico do desenvolvimento de transtornos de somatização, o que poderia estar relacionado ao estresse e ao sofrimento. Este dado, segundo os líderes dos migrantes em Poço das Antas, leva-os a estarem em grupos, com moradias compartilhadas entre 4 e 5 pessoas, o que traz maior sensação de segurança e facilidades para superar as adversidades da mudança de ambiente.

Em entrevista o migrante (M5-01/2020), quando perguntado sobre questões de saúde, ele comenta a precariedade do atendimento no Haiti, onde, segundo o entrevistado, não há um modelo (SUS) – Serviço Único de Saúde público e gratuito. *“No Haiti não tem SUS, lá é mais difícil conseguir médico”*, nos raros postos de saúde, o atendimento é precário e dificilmente se consegue atendimento médico, com cobrança pelos atendimentos e com poucos equipamentos. Um dos líderes dos migrantes (M6-12-2020) relata que, após sua migração, sua ex-esposa, que ficou no Haiti, estava grávida em uma outra relação, precisou atendimento, mas não conseguiu, pois a família demorou para conseguir o dinheiro para contratar uma ambulância particular e, infelizmente, veio a óbito *“Se não tem dinheiro, morre sem receber ajuda”*. Portanto, elogia o atendimento dispensado nas unidades de saúde brasileiras e a secretária de saúde municipal, pois, quando precisou passar por procedimento cirúrgico num braço, obteve consultas, exames, transporte e a cirurgia custeados pelo SUS *“Aqui no Brasil é só ir no posto de saúde, que é atendido”*. Relata que após o procedimento, utilizou o auxílio-doença por alguns meses, até estar reabilitado e ter condições de retornar ao trabalho. Vem daí a convicção do entrevistado de que no Brasil o migrante *“tem ajuda e vive bem, só que não ganha muito dinheiro, e fica difícil enviar ajuda para a família no Haiti”*.

A análise da atuação em rede de agentes governamentais e não governamentais: o caso do filho de um casal haitiano

A doença e a morte de uma criança foi uma situação que, nesta experiência migratória haitiana, mobilizou as tecnologias da governamentalidade que são, nos termos de Jardim (2017, p. 27), *“... as materialidades, dinâmicas e agentes que podem ser visualizados como parte das práticas de governamentalidade das imigrações”*.

Nesse sentido, o relato do falecimento de um bebê nascido no Brasil, portanto, brasileiro, filho de um casal de haitianos que se conheceu aqui no Brasil, traz à luz, diversos agentes e materialidades envolvidas na governamentalidade da migração haitiana na cidade de Poço das Antas.

Os migrantes buscaram suporte na rede de atendimento à saúde para uma criança de dois meses de vida, que teve problemas respiratórios. O fato mobilizou agentes de saúde pública em três instâncias. Primeiro, no posto de saúde de Poço das Antas; como não conseguiram controlar os sintomas da doença, a prefeitura da cidade solicitou atendimento aos agentes de saúde, no hospital de referência na região (Hospital Ouro Branco), em Teutônia, transferindo o bebê na ambulância da prefeitura de Poço das Antas. Mas, como também não conseguiram resolver a situação no hospital regional, incluíram no processo de atendimento, os agentes de saúde de um centro especializado na capital gaúcha, Porto Alegre, para onde o bebê foi transferido. Contudo, devido à gravidade da enfermidade, o menino faleceu. Neste caso, a visibilidade do corpo doente depende das lógicas de territorialização da saúde e de decisões administrativas.

Ao direcionar a atenção para todos os acontecimentos em torno da doença e da morte do filho dos haitianos, percebe-se que o fato coloca em ação, agentes governamentais e não governamentais. Isto é, mobiliza um sistema de serviços de atendimento público, criando, nesse episódio em particular, uma rede de apoio aos pais da criança. O migrante haitiano, em Porto Alegre, recebeu apoio do secretário da administração municipal de Poço das Antas, agente governamental que contratou os serviços de uma funerária para que fizesse o deslocamento da família da capital do RS até a cidade da residência, bem como ajudou a providenciar a documentação necessária, como atestado de óbito e fez os demais encaminhamentos burocráticos.

Uma vez em Poço das Antas, participam também da rede de apoio outros agentes, vinculados à igreja católica. Como a família era membro da comunidade católica da cidade, o velório e o sepultamento da criança foram realizados no cemitério católico, nas imediações do centro da cidade, com recursos financeiros do casal. O padre da igreja local conduziu, a pedido da família, o ritual religioso com orações e cânticos católicos. Acompanharam o sepultamento além dos pais, um grupo de aproximadamente vinte haitianos que residem nas imediações, além de

outras pessoas da comunidade que se solidarizaram com a perda da criança. Como foi o primeiro caso de falecimento de migrantes, houve solidariedade e consternação por parte da comunidade local.

Figura 6 – CRAS – Centro Referência de Assistência Social, da cidade de Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2018).

Após o falecimento da criança, a mãe procurou o CRAS (Centro de referência em assistência social) (FIGURA 6) que funciona ao lado do posto de saúde municipal, e solicitou ajuda para enfrentar o luto, neste momento difícil da perda do filho. Diante desta demanda, interveio a assistente social, que, ao ter conhecimento das demandas da haitiana, encaminhou-a para oficinas e grupos de apoio, que acontecem nas dependências do CRAS de Poço das Antas. A referida mãe haitiana ao ver fotos de gelatina no CRAS, expressou seu desconhecimento acerca desse alimento. A equipe do CRAS então a convidou, após a oficina, para observar na cozinha a preparação da gelatina.

O encontro da haitiana com as mulheres brasileiras nas oficinas do CRAS motivou as participantes a utilizarem a culinária como elemento de comunicação entre as duas culturas (a brasileira e a haitiana). Os encontros se estenderam aos finais de semana, quando as anfitriãs ensinariam a mãe enlutada a preparar pratos típicos da culinária local, como a galinhada, prato de interesse da mãe haitiana, tendo em vista que sua outra filha o teria experimentado e gostado e queria que a

mãe o preparasse em casa. Então, as vizinhas da haitiana que participaram das oficinas se juntaram numa casa, num final de semana, e prepararam, na presença da haitiana, a galinhada para que ela aprendesse. Essa situação possibilitou uma maior aproximação entre migrantes e a comunidade local.

Tendo em vista a nova demanda por atendimento de uma população em deslocamento entre países, e por necessitar de treinamento e informações de como atender esta nova leva migratória, a secretaria de administração do município de Poço das Antas, buscou auxílio juntamente com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, para conveniar, visando o apoio técnico, treinamento e qualificação dos servidores municipais, ligados as áreas da saúde, assistência social e educação, para acolhimento e atenção ao grupo de haitianos e suas famílias, com objetivo de promoção da saúde e necessidades especiais desta relevante parcela da nova população, recém-chegada.

Políticas Públicas de Habitação Popular

Este é, sem dúvida, um dos principais problemas na região e no Brasil: segundo Xavier (2005), a universalização das políticas públicas de forma transversal em todas as camadas sociais, incluindo a população carente que depende exclusivamente do SUS – Sistema Único de Saúde e dos programas assistências do governo Federal, como Bolsa Família. Os setores marginalizados da população são os mais afetados por não terem condições pagar por atendimento médico especializado.

Outro desafio, conforme Xavier (2005), é a falta de planejamento de ações nas cidades, que incluem a população carente, que não possui recursos para adquirir uma moradia. Os programas sociais atualmente vigentes, como “PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida” Lei nº 11.977/2009, vinculados à Caixa Econômica Federal, não permitem a adesão dos migrantes haitianos (as), pelo fato de uma das regras básicas ser a exigência de nacionalidade brasileira. De acordo com o CNIG- Conselho Nacional de Imigração, os imigrantes haitianos, ao acessarem o Brasil, recebem um visto humanitário com validade de 2(dois) anos, que se aplica para a emissão de documentos como carteira de identidade, carteira de trabalho e livre circulação no território brasileiro. Para terem acesso ao programa

habitacional, precisariam naturalizar-se. Em agosto de 2020, o governo federal substituiu o Programa Minha Casa Minha Vida, por um programa chamado “Casa Verde e Amarelo”, que agora está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. O Programa promete atualizar questões deficitárias do plano anterior, como a falta de controle do estado e consequentes invasões por grupos criminosos. Segundo o governo atual, a principal dificuldade ou problema do programa anterior era a construção de habitações muito afastadas de áreas atendidas por serviços essenciais de saúde, educação e de mobilidades.

As empresas imobiliárias locais possuem uma política de fiadores para locação de imóveis, ou seja, o inquilino deve apresentar um avalista que seja brasileiro e que esteja disposto a assinar o contrato de aluguel como fiador. É difícil para os migrantes recém-chegados, convencer alguém, que possua renda e bens em seu nome, para servir de garantia pela locação. Na maioria das situações, não conseguem efetuar o contrato de locação de imóvel, sendo obrigados a residir em áreas de risco, às margens de rios (áreas alagáveis em época de enchentes), onde ficam expostos a condições de submoradias, o que os coloca em situação de vulnerabilidade social.

O estatuto das cidades, criado através da Lei nº 10.257/2001, define regras para a expansão urbana das cidades, dando tratamento diferenciado à ocupação dos espaços públicos e definindo o ser humano, como centro do processo. Ou seja, as políticas públicas que garantem acesso a transporte coletivo, a espaços públicos, à habitação, cultura e lazer devem ser acessíveis à totalidade da população.

Os projetos públicos devem considerar as questões ambientais, a sustentabilidade das cidades e a reserva de áreas para a instalação de moradias de interesse social. Estas áreas, que a lei define como ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, vem ao encontro de outra lei, a 11.977/2009, que normatiza a regularização de áreas já ocupadas ou utilizadas pela população, com o objetivo de garantir o direito social à moradia. O foco é retirar as pessoas de áreas de vulnerabilidade social, reinserindo-as na cidade com protagonismo, dignidade, acesso à cultura, lazer e segurança (XAVIER, 2005).

Em pesquisa anterior (ROSA, 2012) destaca que a ocupação de áreas em

função de alterações geopolíticas, como, por exemplo, o surgimento de novos aglomerados urbanos, exerce pressão sobre áreas destinadas à produção de alimentos, pastagens e agricultura de subsistência. Nesse sentido, a expansão urbana deve ser regradada e fiscalizada pelos municípios para evitar danos ambientais graves, situações de risco e de vulnerabilidade social. Segundo Xavier (2005), outra preocupação é a preservação ambiental, pois a ocupação irregular de áreas, em encostas e florestas, além de perigoso, cria um dano ambiental. O plano diretor participativo nos municípios, preconizado pelo Estatuto das Cidades, deve ser o caminho para a inclusão e a socialização das necessidades de habitação de toda população, independente do poder aquisitivo e da origem social.

5.3 Capítulo III: Redes de apoio ao migrante

Rede de Apoio Regionais

Uma vez os migrantes haitianos sendo presença estabelecida nos municípios do Vale do Taquari/RS, surgem suas demandas e necessidades. Como vimos, o poder público atua para auxiliar estes migrantes; no entanto, somente as iniciativas governamentais não dão conta das necessidades desse novo público, que se estabelece nos municípios.

Os migrantes haitianos, segundo Sarmiento (2019), são presença em dez municípios do Vale do Taquari. Nesses locais, surgiram iniciativas de apoio ao migrante, iniciativas por parte de pessoas físicas, por parte de igrejas, universidade e organizações associativas. Ainda, segundo Sarmiento (2019), as cidades onde há maior concentração de migrantes haitianos são: Lajeado, Encantado, Arroio do Meio, Estrela e depois Poço das Antas.

Entre as muitas necessidades dos migrantes, evidenciam-se, principalmente, as necessidades básicas de acolhimento, como vestimenta, a busca por emprego e a aprendizagem da língua portuguesa, com vistas a inserir-se na sociedade local. A partir dessas necessidades evidenciadas, organizam-se as redes de apoio nos municípios.

Um dos primeiros municípios a receber migrantes haitianos foi Encantado.

Nesse município, segundo Rogério (2020), a Igreja Católica é o espaço onde os imigrantes têm sua rede de apoio mais fundamentada. Segundo a autora, a partir da Igreja Católica de Encantado, que pertence à rede scalabriniana, com tradição de acolher migrantes, os haitianos acessam a esfera pública, a escolarização e são atendidos assistencialmente por iniciativas da própria ordem religiosa.

Os migrantes haitianos, quando chegaram em Encantado, já possuíam uma prévia rede de apoio montada pela Igreja Católica, que os acolheu em sua comunidade, arrecadou donativos e tratou de inseri-los na sociedade encantadense. De acordo com informações colhidas em diário de campo junto a líder do projeto de acolhimento em Encantado, a Igreja passou a oferecer auxílio na documentação, ensino de língua portuguesa, suporte assistencial quanto à roupa e alimentos, bem como prestam apoio às mulheres haitianas que tiveram bebês. Além dessas iniciativas diretas, a Igreja também estimula o protagonismo dos migrantes e a sua organização enquanto comunidade, como, por exemplo, a equipe religiosa presta apoio nas festividades promovidas pelos migrantes.

Em Encantado, além da Igreja, o Sindicato dos Trabalhadores do ramo de alimentos também presta apoio aos migrantes haitianos. Trata-se de iniciativas voltadas à integração dos migrantes à sociedade, como incluí-los nas olimpíadas¹ promovidas pelos sindicatos, apoio na festa da bandeira promovida pelos migrantes e também prestam assessoria jurídica aos migrantes.

Em Lajeado, município com maior concentração de migrantes no Vale do Taquari, e em Estrela, município vizinho, as igrejas também figuram nas redes de apoio ao migrante. Segundo Rogério (2020), os migrantes haitianos receberam assistência da Igreja Evangélica Luterana, que formulou nesses dois municípios, um projeto de apoio aos migrantes, ligado ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Este projeto promoveu iniciativas com vistas ao acolhimento e à inserção dos migrantes, ofereceu cursos profissionalizantes de garçom e manicure em parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), bem como trouxe à tona, por meio de vídeos e uma carta, a situação dos migrantes nas

¹ Disponível em: <https://grupoahora.net.br/conteudos/2017/11/09/olimpiadas-da-alimentacao-integra-trabalhadores-e-comunidade/>

idades².

A Universidade do Vale do Taquari (Univates) também tem sido uma grande apoiadora dos migrantes haitianos em Lajeado. Por meio do projeto de extensão “Veredas da Linguagem”, preparam estudantes que ministram aulas de português como língua adicional a estrangeiros, contemplando os haitianos. O Projeto, iniciado em 2014, já atendeu mais de 170 migrantes. As aulas são ministradas em uma sala cedida numa escola estadual do centro, para facilitar o acesso aos migrantes. O principal objetivo do curso de língua portuguesa como língua adicional é preparar os migrantes para se comunicarem e interagirem com a comunidade lajeadense (MORÁS, 2018).

As atividades do projeto são pensadas pelas professoras do curso de Letras da instituição e aplicadas pelos estudantes voluntários. As atividades são focadas no ensino da comunicação voltada ao mercado de trabalho e que viabilizem a autonomia do migrante em relação à língua. O projeto oferece um certificado aos participantes que concluem um ano de curso, como também já contemplou a escrita de um livro, contando as trajetórias dos migrantes (MORÁS, 2018).

Percebe-se que as principais redes de apoio não ligadas ao governo são vinculadas a instituições religiosas. Ademais, temos o papel da universidade que, enquanto instituição comunitária, presta esse apoio na inserção dos migrantes. Em todos os municípios observados, evidencia-se a necessidade do ensino da língua portuguesa, que é primordial para que os migrantes adquiram autonomia e consigam acessar outros serviços e espaços públicos.

Em Poço das Antas, foi organizada uma rede de apoio baseada nas pessoas que exerciam liderança na empresa contratada, como também na administração pública municipal, que criaram condições para a aclimação dos imigrantes. Além do auxílio e da atenção às necessidades, também ocorreram interações, muito importantes para a adaptação dos migrantes, neste novo território. Segundo um dos líderes do grupo de haitianos, foram convidados a participar de um campeonato de

² Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/noticias/lajeado/projeto-de-apoio-aos-imigrantes-auxilia-em-formacao-para-haitianos>
Disponível em: <https://conic.org.br/portal/noticias/1989-oficina-sobre-imigracao-reune-200-pessoas-em-lajeado-rs>

futebol, na praça central da cidade, inicialmente, com time formado por haitianos, contra o time da prefeitura. Depois de algumas partidas, houve a mescla de atletas haitianos e poço-antenses. Esta prática de socialização ocorre há vários anos, sempre nas terças-feiras, após o expediente de trabalho no frigorífico.

Quanto à rede de aproximação e acolhimento, destaca-se o trabalho da Secretaria de Obras, que intermediou e viabilizou o início do plantio de terrenos pelos migrantes. Ficou evidenciado no questionário respondido pelo proprietário dos lotes (N1-10/2019) *“De primeiro momento fiquei com receio, pois não conhecia a cultura, mas agora percebo que auxiliam no desenvolvimento do município, pessoal da secretaria também pediu”* que a motivação para dar início ao processo foi a solicitação dos funcionários da Secretaria de Obras. Após o plantio e a primeira colheita, foram disponibilizados novos lotes, tendo em vista do bom resultado. Perguntado sobre como é visto o gesto de produzir alimentos fora do horário de expediente por parte dos migrantes, respondeu que sente muita admiração, pois, no início, havia uma sensação de desconfiança por parte da comunidade poço-antense, em relação aos recém-chegados. Ficou evidente na entrevista que a imagem dos migrantes melhorou muito aos olhos dos proprietários das áreas, que, no início, emprestavam a terra para conhecidos, vinculados à Secretaria de Obras do município *“Passamos a respeitá-los, pois pudemos perceber a força de vontade deles em trabalhar, por algo que representa o local de onde vieram”*. Já, na etapa seguinte, tratavam diretamente com os haitianos, através de seus líderes. Conforme o entrevistado, é uma satisfação ver a terra sendo bem cuidada e produzindo alimentos, *“Interessante, pois nós munícipes pudemos assim conhecer alimentos diferentes dos nossos”*.

5.4 Capítulo IV: Cultivo de alimentos orgânicos consorciados

A Experiência do Plantio

Um exemplo da boa relação dos migrantes haitianos com a comunidade local é a experiência do cultivo de alimentos em lotes cedidos por moradores de Poço das Antas.

Recentemente, um grupo de haitianos, no horário de folga no emprego formal

onde atuam, procurou vizinhos de suas moradias que possuem terrenos urbanos, sem edificação e sem uso, com vegetação rasteira e erva daninha, e propôs uma parceria de limpeza, manutenção e cultivo. Os proprietários aceitaram a oferta e os haitianos fizeram um trabalho de limpeza, com roçada, recolhimento da vegetação, limpeza dos lotes, em sistema de mutirão entre os migrantes. Iniciaram o cultivo dos terrenos com aipim (*Manihot esculenta*), batata doce (*Ipomoea batatas*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e quiabo (*Abelmoschus esculentus*). Esta ação despertou o interesse de outros proprietários, que também dispõem de lotes e não os utilizam. Este trabalho, que iniciou com um terreno, hoje já passa de 20 terrenos cultivados. Esta atividade integra o grupo de haitianos que, além de fazerem a limpeza dos terrenos, conseguem alimentos orgânicos de boa qualidade, a custo acessível. Além disso, conquistaram o respeito dos moradores antigos, o que foi demonstrado nas respostas dos questionários respondidos pelos moradores de Poço das Antas, residentes na cidade antes da chegada do grupo do país Caribenho e também referendado pelos proprietários dos terrenos da parceria do plantio. Na (FIGURA 7), a etapa inicial do plantio, com predominância do cultivo de feijão preto.

Figura 7 – Terrenos urbanos – Plantio de feijão preto, em Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2018).

Sistema de cultivo da terra e diversificação de culturas

De acordo com as respostas ao questionário direcionado aos haitianos (M1-11/2019), o sistema de preparo da terra utilizado em Poço das Antas aproxima-se do

utilizado na terra natal dos migrantes, com pouca ou nenhuma utilização de equipamentos, como tratores e implementos agrícolas, e com extensiva utilização de mão de obra. Nesse ponto, já percebemos formas distintas de preparo, de plantio e de colheita dos alimentos. Enquanto em Poço das Antas, todas as propriedades utilizam máquinas, como tratores e colheitadeiras, com alto investimento nas propriedades, com uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, além de sistema de adubação do solo, os haitianos, por serem originários de um país com dificuldades econômicas (segundo a ONU, o país mais pobre do continente americano), utilizam o sistema de plantio comunitário, com baixo investimento.

Segundo o relato de um dos líderes do grupo de haitianos, tudo iniciou quando, logo após a chegada a Poço das Antas, o grupo que residia no alojamento providenciado pela prefeitura viu a equipe da Secretaria Municipal de Obras, utilizando uma motoniveladora (patrola), realizar a limpeza de alguns terrenos de propriedade do município, próximos ao alojamento. Os haitianos, vendo o terreno ocioso e propício para o cultivo de feijão, pediram autorização para o plantio, apesar da dificuldade de comunicação. Inicialmente, só conseguiam comunicar-se em espanhol); porém, com a mediação do líder do grupo que falava português, solicitaram permissão ao secretário de obras. Concedida a autorização, fizeram o plantio (com sementes crioulas do Haiti), utilizando o sistema haitiano. Como o feijão plantado produziu um volume considerável de sementes, a equipe da secretaria de obras sugeriu que poderia encontrar terrenos não edificadas na cidade para poderem viabilizar o plantio.

Como o grupo de 42 haitianos recém-chegados era composto por migrantes que vinham de diversas regiões do país Caribenho, sendo a maioria da região metropolitana da capital Porto Príncipe, os provenientes das regiões interioranas (aproximadamente 10 homens) decidiram formar um grupo de trabalho para iniciarem o plantio de feijão, como também, com mais áreas disponíveis, diversificar a plantação. Um dos líderes do grupo que integrou a primeira equipe relata que se prontificou a organizar o plantio, indo junto com o funcionário da prefeitura, após o horário de trabalho, falar com os proprietários dos terrenos. Inicialmente, cultivaram alguns terrenos. Deste primeiro plantio, obtiveram seis sacas de feijão, um volume surpreendente, tendo em vista que a área utilizada era relativamente pequena, se comparada com a extensão que estavam habituados a cultivar no Haiti. Atribuíram

este ótimo resultado à fertilidade do solo e também às condições de clima favoráveis naquele ano.

No segundo plantio, diversificaram as culturas. Além do feijão preto, plantaram também batata-doce, no sistema de plantio consorciado, ou seja, no intervalo das fileiras de mudas de feijão, são plantadas as mudas de batata-doce. Nesta empreitada, segundo um dos líderes, obtiveram apoio de um grupo de 8 haitianos, entre os quais surgiu a ideia de diversificarem o plantio. Inclusive pediram que a nova leva de migrantes, que estava em processo de organização no Haiti, providenciasse sementes de novos cultivares, típicos do país caribenho e que fazem parte da cultura e da alimentação do país de origem.

Com a chegada do novo grupo de haitianos e com as novas sementes em mão, o plantio foi ampliado. Novas áreas foram preparadas e se iniciou um processo de agricultura orgânica consorciada ocupando diversos terrenos (FIGURA 8), onde, além do quiabo, planta-se mandioca e batata-doce.

Figura 8 – Plantio no sistema consorciado, cidade de Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2019).

Há uma diversidade de plantas exóticas aqui no Brasil, cultivadas no Haiti (FIGURA 9). As que mais se destacam são espécies cujas sementes foram trazidas e hoje estão plenamente adaptadas ao clima e ao solo local. Como exemplo, cita-se o feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*) (vagens), que, segundo um dos entrevistados

que habita em Porto Príncipe, capital do Haiti, teria sido trazido da África, junto com escravos. Os franceses teriam estimulado o plantio para servir de alimento para as famílias dos escravos (M3-11/2019) “*Meu pai contava a história dos mais antigo, ainda escravos, que este tipo de feijão veio da África, os franceses queriam que plantassem para os escravos comerem*”.

Figura 9 – Variedade de Cultivares e Condimentos



Fonte: Imagens obtidas do Projeto Identidades Étnicas.

Das plantas cultivadas pelos haitianos, que são exóticas no Brasil, uma das que chama atenção é uma trepadeira que produz frutos chamados de “Masoko” (*Dioscorea polystachya*) (FIGURA 9 – A). Segundo um dos haitianos entrevistados, para o preparo deste alimento, é necessário o cozimento prévio. Após, as cascas são retiradas facilmente. É um arbusto que cresce como uma trepadeira (FIGURA 9

- B) e produz uma grande quantidade destes frutos. Outra hortaliça que serve como tempero é o “Lalo” (nome científico não encontrado) (FIGURA 9 - C), que se assemelha a plantas originárias da Amazônia Brasileira. O “Lalo”, segundo os haitianos, produz efeito alucinógeno, como o adormecimento da boca, entre outras sensações, que, segundo os migrantes, são temporárias. Outras cultivares que são comuns aqui no Brasil, mas não estão no hábito de consumo das populações regionais é o “Caruru” (*Amaranthus viridis*) (FIGURA 9 - D), que é muito apreciado pelos migrantes, tanto suas sementes, como suas folhas. Uma das plantas que chama muito a atenção nas áreas cultivadas é o Guandu (*Cajanus cajan*) (FIGURA 9 - E), que é definido pelos migrantes como sendo um feijão-de-árvore, o “Guandule” (M3-11/2019).

Na linha dos temperos, há muitos conhecidos como o alho (*Allium sativum*), cebolas (*Allium cepa*), entre outros, que tem uma utilização muito mais efetiva que no Brasil, como é o caso do pimentão (*Capsicum annuum*) (FIGURA 9 - F), que toma um espaço expressivo do terreno, considerando a larga utilização em suas receitas, como salada e como tempero indispensável nas suas receitas tradicionais.

Sistema de plantio e colheita comunitária

Figura 10 - Preparo da terra para o plantio, nos lotes urbanos Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2019).

O sistema utilizado pelos haitianos em Poço das Antas baseia-se no uso de mão de obra braçal (FIGURA 10) e no sistema de plantio comunitário, em que parte

do grupo (8 a 10 pessoas) que tem habilidades de manejo da terra se encarrega do plantio e da manutenção dos terrenos e, no momento da colheita, é feito o compartilhamento dos resultados (M3-11/2019).

A colheita é dividida entre os membros do grupo que estiveram envolvidos no plantio e parte dos alimentos é compartilhada com os demais, como forma de reforçar a união do grupo. Em uma das experiências relatadas pelos líderes dos migrantes, quando há membros do grupo doentes ou com dificuldades, a colheita é compartilhada com este componente debilitado. Assim, quando ele se restabelecer, também ajudará os demais colegas. Um dos líderes atualmente trabalha em um frigorífico de abate bovino, na cidade vizinha, Teutônia, mas continua residindo em Poço das Antas, com os ex-colegas do frigorífico de suínos.

As técnicas de preparo do solo são próprias do sistema haitiano. Inicialmente, é feito o empilhamento das pedras para facilitar a capina e o preparo da terra (FIGURA 10). Posteriormente, são retiradas as ervas daninhas com uso de enxadas e foices, que, posteriormente, são empilhadas e queimadas, como usualmente faziam no Haiti. No Brasil, os produtores rurais de subsistência, que normalmente cultivam a terra com ferramentas rudimentares, aqui na região, já abandonaram o fogo como método de limpeza do terreno, preservando o substrato como forma de adubação do solo.

Figura 11 – Método haitiano de limpeza e preparo da terra, Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2019).

Em todas as áreas plantadas pelos haitianos (mais de 20 terrenos urbanos, em que cada terreno mede aproximadamente $12 \times 30\text{m} = 360\text{ m}^2$), somente no primeiro, foi usado um trator, que fez o preparo inicial do solo e, posteriormente, foi feito o plantio pelo método haitiano.

Cultivo de frutas e legumes na região

Além das semente vindas do Haiti, também se constatou o cultivo de frutas, verduras e legumes, adaptados à região de Poço das Antas. Na plantação, encontramos as frutas mamão e banana em condições de serem colhidas. Também encontramos tubérculos como batata doce, cenoura, aipim e inhame. além de verduras e legumes, como pimentão, alho e cebola.

Figura 12 – Diversidade de frutas, legumes e verduras, Poço das Antas, RS



Fonte: Do autor (2018).

Além das frutas e verduras, há uma diversidade de temperos (FIGURA 12) e especiarias, que são utilizados na gastronomia haitiana, alguns conhecidos dos brasileiros como o pimentão, pimenta malagueta, entre outras. Há também algumas plantas conhecidas no Brasil, porém com uso diferente ou até que não são utilizados em larga escala na região, mas fazem parte da alimentação diária e corriqueira dos haitianos, como é o caso do quiabo. Por sinal, o quiabo foi uma das diversificações iniciais da produção, principalmente, em função do preço cobrado nos mercados locais, em comparação com os preços e a produção no Haiti (M3-11/2019). Nas

entrevistas foi evidenciado que não houve, em outros locais do Vale do Taquari, iniciativas como esta de Poço das Antas. Ainda, de acordo com o entrevistado, em função da grande mobilidade, característica desta migração, muitos haitianos mudam frequentemente de cidade, o que dificulta esta atividade, que requer continuidade e manutenção da lavoura.

SAN – “Sociedade Amigos Necessitados”

Em entrevista com um dos líderes do grupo de haitianos (M2-11/2019), que reside em Poço das Antas desde 2013 (9-12-2013), data de início do vínculo de trabalho junto ao frigorífico da Cooperativa Languiru, uma das perguntas, direcionada ao melhor entendimento da integração dos haitianos com a comunidade de Poço das Antas, em função da iniciativa do plantio de terrenos urbanos, com alimentos orgânicos e sistema de cultivo de subsistência, era: "10- O que mais o Sr. (sra.) gostaria de comentar sobre o assunto?"

A resposta foi um tanto surpreendente, pois o líder perguntou se conhecíamos o sistema (SAN), forma de ação que, segundo ele, orienta a forma de trabalho e a forma de ação do grupo de haitianos. Perguntei se poderia explicar melhor este sistema, pois era a primeira vez que ouvia falar desta sigla. Ele, então, explicou que, para todas as ações do grupo, há uma reunião (assembleia) para discutir as dificuldades e avaliar as condições de cada um dos integrantes do "SAN". Trata-se de um sistema de governança que funciona por grupos, que, geralmente, compartilham a mesma moradia. Este grupo de 5 a 6 componentes trabalha e cria uma dinâmica de auxílio, na qual todos serão ajudados *“Todo mundo se ajuda, e cada um da um pouco de dinheiro, soma e consegue o valor que o colega precisa”*. Quando providenciam o plantio, os indivíduos que dominam a técnica agrícola preparam a terra e fazem o plantio, enquanto os demais auxiliam com mão de obra na colheita. O resultado da produção é repartido e compartilhado com todos, inclusive, com enfermos ou que estejam impossibilitados de trabalhar.

Em contrapartida, quando surge uma necessidade de dinheiro para passagens de familiares ou para o envio de recurso, em volume superior à remuneração de um dos migrantes, este grupo se reúne e faz um rateio dos custos e complementa o dinheiro, para que este membro consiga enviar o dinheiro

necessário. Esta prática é comum, quando um dos membros pretende trazer a família ou um membro da família do Haiti para o Brasil, por exemplo. Para que todos tenham garantia de auxílio, esta prática é combinada com transparência e confiança recíproca entre os membros do pequeno grupo.

Avaliando o sistema de cultivo de alimentos pelos haitianos, em áreas urbanas de Poço das Antas, com base nas respostas dos questionários encaminhados aos envolvidos no processo, afloram várias nuances que precisam ser melhor esclarecidas. Segundo Henze (2017), uma das grandes vantagens deste sistema de produção replicado pelos haitianos é o baixo custo de produção, tendo em vista que o alimento é obtido diretamente do local do cultivo, sem a necessidade de transporte, seleção, embalagem, acondicionamento e perdas referentes ao manuseio para classificação, como ocorre com sistemas industrializados. Além disso, evita-se a utilização de filmes de PVC, bandejas de isopor ou outros materiais, que têm um custo inicial de aquisição, além de se tornarem um problema de descarte de resíduos, como é o caso do isopor.

No caso específico de Poço das Antas, segundo as respostas dos migrantes haitianos (M1-10/2019) ao questionário, uma das motivações para a busca da diversificação do plantio de cultivares foi o preço praticado nos supermercados locais. Cita o caso do quiabo, que é produzido, há mais de 1500 Km da cidade e, segundo o interlocutor, chega a Poço das Antas custando R\$ 20,00 o Kg. Para os haitianos, que tinham abundância deste alimento em sua terra natal, o preço inviabiliza a aquisição nos mercados no Vale do Taquari, o que demandou do próximo membro que partisse do Haiti, a incumbência de trazer sementes de quiabo, lalo, caruru, pimentas, entre outras cultivares, já que sementes e mudas de feijão, mandioca e batata-doce já tinham conseguido na própria comunidade de acolhida.

Para Henze (2017), a forma de produção cooperativa de alimentos tem grandes vantagens, considerando a forma de distribuição dos trabalhos e a prevalência dos interesses comuns, com poucas perdas no processo de produção e de pós-colheita, pois foge-se do problema comercial da aquisição e da valoração das hortaliças pela aparência. Segundo o autor, estas perdas chegam a até 30% da produção, combinadas com excesso de oferta em determinadas épocas, ou a rejeição do consumidor em decorrência da aparência, o que não ocorre quando a

produção é local e o aproveitamento chega a ser quase total, enquanto o descarte se transforma em nutrientes, após o processo de decomposição orgânica na própria lavoura. Para a FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, há uma diferença entre “perdas de alimentos”, decorrentes da ineficiência no processo de cultivo ou ocasionados por falhas no manuseio, transporte ou armazenagem. Trata-se de “desperdício de alimentos”, que seria o descarte por processo intencional do consumidor ou do comerciante e está ligado à aparência ou a imperfeições estéticas das cultivares, apesar de serem próprias para o consumo. Segundo Henze (2017), a abundância de alimentos e de recursos disponíveis leva-nos a dar pouca importância ao consumo consciente e sustentável de alimentos. Somente nos momentos de crise e de escassez percebe-se a cultura do desperdício, que precisa ser melhor compreendida e valorizada.

Para Aquino, Assis (2007), o sistema de produção em áreas urbanas, em pequena escala, viabiliza-se no sistema agroecológico, melhorando a oferta de alimentos e reforçando processos sociais, além de propiciar autonomia e baixa dependência de insumos externos. Além disso, é uma forma de valorização dos espaços urbanos, propiciando a limpeza e dando uso produtivo a áreas ociosas, contribuindo assim com a melhoria da dieta das famílias envolvidas no processo de produção e enaltecendo a vida comunitária. Segundo autor, nos países caribenhos, citando Cuba como exemplo, em função da escassez de recursos econômicos, o governo vem estimulando a produção orgânica em cidades, como forma de atender as necessidades da população. Outros países como Equador, México, Gana e a Argentina também tem utilizado o cultivo de alimentos nas cidades, como forma de enfrentar crises econômicas e propiciar uma importante fonte de proteínas e vitaminas, acessível às populações urbanas. Tendo em vista a origem dos migrantes haitianos em Poço das Antas, é possível que haja uma relação de traços culturais tradicionais em relação às técnicas de produção de alimentos nas cidades. Nas respostas (M1-10/2019) dos migrantes haitianos à pergunta se tinham experiências anteriores com plantio de alimentos em áreas urbanas, verificou-se que “eles não tem essa cultura”; portanto, pode haver influências de culturas caribenhas, mas não podemos confirmar que ocorria especificamente no Haiti, até o momento da migração.

O uso sustentável do solo na agricultura é um tema amplamente discutido. O

conceito sustentabilidade é complexo e não há consenso no meio científico a respeito do nível ou do grau de sustentabilidade da produção de alimentos. Segundo Guedes (2007), o sistema de produção convencional (moderno) baseia-se na monocultura e no uso de insumos, visando a produção em larga escala, utilizando máquinas, implementos agrícolas, adição de adubos químicos, irrigação, sementes transgênicas, em resumo a replicação do sistema industrial de plantio nas lavouras. Em contrapartida, há o sistema de produção baseado em métodos tradicionais, sendo um deles o método de produção alinhado ao consumo do grupo diretamente envolvido no plantio. Este modelo de agricultura de subsistência parece, para o autor, como o mais sustentável, por conciliar a rotação de culturas e o plantio consorciado, além de manter os recursos naturais básicos e ser socialmente mais justo. O sistema adotado em Poço das Antas pelos haitianos destoa dos produtores tradicionais que colonizaram a região há mais de um século Knob; Knob (1998).

Segundo as respostas aos questionários (M1-10/2019), após o uso de tratores para arar a terra no início do cultivo, com apoio de produtores rurais locais, os migrantes, por falta de recursos financeiros para contratar novas máquinas e equipamentos, optaram por produzir nos moldes que adotavam em suas regiões de origem, no Haiti, ou seja, com a utilização de técnicas tradicionais do país caribenho, baseadas no uso de mão de obra braçal e no sistema de plantio consorciado, no qual, no mesmo terreno, criam-se nichos com mandioca, batata-doce, temperos, nas margens, a planta guandu, sem uso de herbicidas e adubos químicos. As pedras são amontoadas para facilitar o manejo da terra. Em relação ao sistema alimentar do Haiti, encontramos referências à venda de alimentos nas feiras. Conforme Mejía e Simon (2015) relatam que, quando vivia no Haiti, após seu pai perder o emprego, passou a viver do comércio, da venda de legumes de cor verde, utilizados para fazer sopas, porém não produziam estes alimentos; apenas os colhiam. Após as chuvas, estas cultivares cresciam e eram colhidas e vendidas na capital Porto Príncipe.

Na discussão dos resultados encontrados, comparamos a situação encontrada no caso específico de Poço das Antas com outros movimentos migratórios, no Brasil, na América e no Mundo, com a pretensão de criar parâmetros possíveis para uma discussão. O caso dos haitianos em Poço das Antas ainda é um processo muito recente para ser comparado com outras experiências migratórias. Ainda assim buscamos avaliar as práticas de replicar os sistemas de cultivo e os

ritos da sua terra de origem, na nova morada. Assim, ainda que a migração em Poço das Antas seja muito recente no âmbito das migrações contemporâneas, na comparação, procuramos relacioná-la com migrações recentes e também com maior tempo de consolidação.

Como experiência na América do Norte, Bianco (2009) descreve a experiência migratória em New Bedford, Massachusetts, Estados Unidos da América, onde imigrantes provenientes dos Açores e de Portugal Continental chegaram em grande número no final do século XIX, atraídos por trabalho em fábricas têxteis. A autora comenta que trabalhadores, mesmo atuando na indústria têxtil, fazem relatos do plantio de hortas, utilizando a experiência e o expertise adquiridos nas suas origens, nas regiões rurais, em Portugal e em suas colônias. Essa prática servia de apoio aos migrantes portugueses para superar as crises econômicas e greves. Auxiliavam também, à semelhança da migração haitiana para o Vale do Taquari, as redes estabelecidas com parentes, comunidades de migrantes e com a organização para alguns membros do grupo buscarem trabalho e renda em outras cidades, como forma de contribuir para a subsistência das famílias. Bianco (2009) relata que o sindicato Textile Mill Committes (TMC) organizava as doações; além de recursos financeiros, as organizações sociais (sindicato) recebiam doações de pães, leite e peixes.

Bianco (2009) relata que os trabalhadores industriais continuavam reconstruindo práticas sociais, que remetiam ao passado agrícola na terra natal, adquirindo casas com um grande quintal, para replicar suas hortas e a criação de animais. Além dos pequenos cultivos, fabricavam o vinho e cultivavam as manifestações folclóricas, fazendo bordados em tecidos tradicionais. Alternando o trabalho na indústria, fora deste horário, buscavam atividades que lhes dessem satisfação, como camponeses e artesãos. Nas décadas de 1950 a 1980, tiveram importante papel na revitalização urbana, com a recuperação de edifícios danificados, abertura de pequenos comércios como lojas e restaurantes étnicos. Apesar de manterem laços familiares transnacionais, enfrentavam preconceitos e dificuldades de ascensão social, mesmo já estando presentes neste território há várias gerações (mais de um século).

Em comparação com o estudo de Poço das Antas, fica evidente a

semelhança na forma de ocupação com o plantio de hortas em horário extrajornada, fora do horário de produção do frigorífico. Também chama a atenção a forma de organização, não como sindicatos, mas como organização interna dos haitianos através do (SAN), uma organização informal, para cooperarem entre si.

O ineditismo do processo de produção de alimentos pelo método de cooperação, inclusive, com o compartilhamento da produção entre os envolvidos no processo, por uma questão de justiça, e, ainda, o compartilhamento com outros migrantes, do excedente da produção, mesmo que não tivessem vivência anterior no setor de produção e plantio de alimentos no país de origem e não conseguirem contribuir com o trabalho de plantio, manutenção e colheita dos alimentos e cultivares, enaltece a experiência e vai muito além do plantio de alimentos para a subsistência. Ou seja, envolve questões culturais e emocionais, relação com a terra natal. Esta prática não foi replicada em nenhum outro dos 5 municípios do Vale do Taquari, onde pesquisadores do mesmo grupo de pesquisa, realizaram seus estudos. Em todos esses municípios, Lajeado, Estrela, Teutônia, Arroio do Meio, Encantado, há grupos haitianos mais numerosos que o de Poço das Antas, porém criaram outras práticas colaborativas, como, por exemplo, a vinculação a igrejas e comunidades religiosas relata Rogério (2020). Enquanto este processo de organização junto a igrejas é comum em outros municípios, este fato não é observado em Poço das Antas, perguntado sobre a participação na igrejas, o líder respondeu: *“Aqui poucos vão na igreja, alguns na católica e outros na Assembleia de Deus”*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa e a construção da tese, ficou evidente a forma de ação dos entes públicos brasileiros, no trato com os migrantes. O Governo Federal regulamenta o processo migratório e organiza a questão burocrática da documentação, através do Ministério das Relações Exteriores. O Exército Brasileiro e a Polícia Federal se encarregam da fiscalização de fronteiras. Nas prefeituras municipais, que são os entes públicos mais próximos aos migrantes, é onde, geralmente, são demandadas as maiores interações e necessidades, na área da saúde, da educação, da assistência social, do lazer, de moradias, de transportes, de acesso a sistemas de *wifi* em espaços públicos. As prefeituras também atendem demandas relativas à qualificação, treinamentos, oficinas de idiomas, informática, entre outras ações vinculadas ao CRAS, além de políticas públicas compartilhadas pelo Governo Federal, em convênio com os municípios. Já os governos estaduais estão encarregados, através de decretos estaduais, da criação de comitês de monitoramento e apoio com as estruturas públicas estaduais, como secretaria de justiça, ministério público estadual, bem como as demais secretarias estaduais.

A complexidade do processo migratório é muito grande e a dinâmica é constante; não há um fim ou um começo do processo. As interações se alternam em função das condições do momento de cá e de lá. Vertiginosamente, são aceleradas pelas mudanças nos cenários econômicos e sociais. A extensa rede migratória mundial se movimenta continuamente com novas regras, ora facilitando, ora dificultando as trocas. As mudanças na terra natal do migrante reverberam aqui e vice-versa. No momento, continuam chegando novos migrantes haitianos a Poço

das Antas, que são contratados pela cooperativa, que está em fase de expansão de produção e de abate de suínos para o mercado regional, nacional e, principalmente, para a exportação. Dos migrantes que chegaram em 2013, poucos continuam trabalhando em Poço das Antas. Caso não permaneçam no frigorífico, têm dificuldade em encontrar vagas ou oportunidades, em outros segmentos, devido à limitação econômica da pequena cidade e acabam migrando para outras cidades, à procura de oportunidades.

Há particularidades no caso específico de Poço das Antas, na dinâmica de interação com os migrantes e a população já anteriormente instalada. Uma delas é a forma de organização e as trocas sociais. Em outros municípios da região, a coordenação se dá através da Igreja, pela fé e pelas celebrações religiosas. No caso específico de Poço das Antas, é mais comum encontrar grupos reunidos para a prática de atividades físicas recreativas, como jogos de “futebol 7”, *society* (modalidade de futebol de minicampo, com sete atletas em campo em cada time) junto à praça do município. Outra particularidade é a convivência pacífica e harmoniosa, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, na fase inicial de adaptação e aclimatação. Logicamente, há um grande caminho a ser percorrido, em busca de conquistas até atingir um exercício de cidadania plena e de consolidação deste recente processo migratório haitiano para a região do Vale do Taquari, RS.

Com a implantação de uma planta industrial, de grande porte, que emprega o equivalente a aproximadamente 40% da população do município, cria-se uma dinâmica muito expressiva, com a necessidade de novos serviços, cadeias de transporte e logística de matéria prima, e de produtos industrializados. Além da movimentação de produtos e insumos, há também uma grande demanda por parte da administração pública, de novos loteamentos residenciais, novas praças de lazer, espaços públicos e de convivência. Este ônus, do rápido crescimento da atividade industrial, recai sobre a responsabilidade da municipalidade. Esta percepção, da necessidade de investimento na infraestrutura da cidade, nem sempre é devidamente mensurada, quando da negociação e oferta de incentivos fiscais, para atração de novos empreendimentos. No caso específico de Poço das Antas, a proposição da administração municipal, em atrair uma unidade industrial, foi a de propiciar oportunidades de emprego e renda para a população jovem, que tinha como tendência a buscar oportunidades em outros municípios da região.

O estudo sobre a migração de haitianos para uma pequena cidade é multifacetado e complexo, deixando possibilidades de novos estudos, focados em pontos que afloraram no decorrer da pesquisa, como, por exemplo, questões relacionadas às trocas sociais e emocionais, à saúde da mulher migrante, ao perfil e à percepção dos migrantes que estão chegando no momento, se repetirão as práticas dos primeiros migrantes, que chegaram em 2013.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. **La política de migraciones brasileña y lamigración haitiana a Brasil**. International Organization for Migration. 2012. Disponível em: <http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/what-we-do/migration-policy-andresearch/migration-policy-1/migration-policy-practice/issues/october-november-2012/lapolitica-de-migraciones-brasi.html>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ALTO Comissariado para as Migrações. **Plano Estratégico Português para as Migrações PEM**. 2015 a 2020. Disponível em: http://www.programaescolhas.pt/_cf/364724. Acesso em: 03 ago. 2020.

AQUINO, M.A.; ASSIS, R.L. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas Com Base na Agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10. jun. 2007.

ASSIS, G.O. Emigrantes Brasileiros/as em Mobilidade na Virada do Século XX para o Século XXI – A Diversificação dos Destinos. *In*: BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana (org.). **A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil São Paulo**. [s.l.]: Ed.PUC, 2018.

BAENINGER, R. (org.). **Migrações Sul-Sul Campinas**. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BIANCO, F. B. Reinventando a Localidade: Globalização Heterogênea, Escala da Cidade e a Incorporação Desigual de Migrantes Transnacionais. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jun. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIG. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/mais-informacoes/cni>. Acesso em: 22 out. 2018.

COOPERATIVA LANGUIRU. Disponível em:

<http://www.languiru.com.br/divisoaes/suinos>. Acesso em: 20 out. 2018.

DATASEBRAE. **Perfil das Cidades Gaúchas 2019**. 2020. Disponível em:

datasebrae.com.br/perfil-dos-municipios-gauchos/pocodasantas. Acesso em: 29 jun. 2020.

DECRETO ESTADUAL 49729. Assembleia legislativa. Porto Alegre, 2012.

Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis>. Acesso em: 27 out. 2020.

DIEHL, F. **Estrangeiro em uma terra estranha**: racialização e estigmatização dos migrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/159143>. Acesso em: 09 out. 2020.

FRANKEN, I.; COUTINHO, M.P.L.; RAMOS, N. **Os Impactos Negativos do Processo Migratório Internacional e os Transtornos Mentais Comuns** - um Estudo com Brasileiros Imigrantes. Universidade Aberta - Repositório Comunidade CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais. [s.l.], 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/3136>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. 2010. Disponível em:

<http://www.arquivofee.rs.gov.br>. Acesso em: 08 set. 2020.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL - FMI. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 06 out. 2020.

GALEFFI, D. A.A fronteira como lugar geográfico, epistémico, político e cultural: delineando sentidos e contrastes. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudos sociais IX, [s.l.], p. 23 – 26, 2018. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/a-fronteira-como-lugar-geografico-epistemico-politico-e-cultural-delineando-sentidos-e-contrastos>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GUEDES, Í.M.R. Um breve Comentário Sobre o Uso Sustentável do Solo Pela Agricultura. **Sustentabilidade e Horticultura no Brasil**: da Retórica à Prática. Texto para Discussão 47. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

HALL, S. **Da Diápora** – identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HANDERSON, J. Diáspora. Sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. **Revista Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 21, n. 43, 2015. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>. Acesso em: 29 mar. 2018.

HENZ, G.P. Pós-colheita e Consumo Sustentável de Hortaliças. **Sustentabilidade e Horticultura no Brasil**: da Retórica à Prática. Texto para Discussão 47. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

HENZ, G.P. República Federativa. **Constituição Federal, 05 de Outubro de 1988**. Brasília, DF, 2017.

HENZ, G.P. República Federativa. **Estatuto do Estrangeiro**. Lei 6815 de 1980. Brasília, DF, 2017.

HENZ, G.P. República Federativa. **Estatuto das Cidades**. Lei 10.257. Brasília, DF, 2001.

HENZ, G.P. República Federativa. **Nova Lei de Migrações Brasileira (NLM)**. Lei 13.445 24 de maio de 2017. Brasília, DF, 2017.

HENZ, G.P. República Federativa. **Programa Minha Casa Minha Vida e Regularização Fundiária (PMCMV)**. Lei 11.977. Brasília, DF, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_dou.sh tm. Acesso em: 04 set. 2020.

JARDIM, D.F. **Imigração ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

KNOB, P.; KNOB, D. **Poço das Antas Primeiro Lugar no Ranking de Alfabetização**. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

MAMED, L.H.; OLIVEIRA, L.E. **Trabalho e Migração Internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental**. Grupo de Trabalho 09 – Estrutura Social, Dinâmica Demográfica e Migrações. Congresso ALAS, Santiago do Chile, 2013.

MARCUS, G.E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, México, v. 11, n. 22, 2001.

MEJÍA, M.R.G. CAZAROTTO, R. T. O Papel das Mulheres Imigrantes na Família Transnacional Que Mobiliza a Migração Haitiana no Brasil. **Repocs**, Santa Maria, v. 14, n. 27, 2017.

MEJÍA, M.R.G.; CAZAROTTO, R. T.; GRANADA, D. **Migração Haitiana no Brasil: análise de um processo em construção a partir de um estudo de caso**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território, Santa Cruz do Sul, 9 a 11 set. 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13379>. Acesso em: 09 nov. 2018.

MEJÍA, M.R.G.; SIMON, R. **Sonhos que Mobilizam o imigrante Haitiano: biografia de Renel Simon**. Lajeado: Univates, 2015.

MIRRA, A. Las fronteras del siglo XXI. La externalización y la desnaturalización de los espacios de transición. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX**, [s.l.], p. 111 – 130, 2017. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/las-fronteras-del-siglo-xxi-la-externalizacion-la-desnaturalizacion-los-espacios-transicion>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MORÁS, N. **Projeto Veredas da Linguagem forma mais uma turma de Portugêses para estrangeiros**. [s./], 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/noticia/24511-projeto-veredas-da-linguagem-forma-mais-uma-turma-de-portugues-para-estrangeiros>. Acesso em: 06 out. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de E. Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NIETO, C. **Migración Haitiana a Brasil: redes migratorias y espacio social transnacional**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/pt>. Acesso em: 01 set. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em: <https://www.https://brasil.un.org/>. Acesso em: 05 out. 2020.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, mai./ago. 2006.

PATARRA, N. L. O Brasil: País de imigrantes? **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, [s./], n. 9, ano 3, jun. 2012.

RAMOS, M.C.P; Migrações e Dinâmicas associativas e Culturais. **A Voz dos Avós**. Autores: Ramos N., Marujo M., Baptista A., Coimbra, PT, Gráfica de Coimbra, CEMRI, 2014.

RAMOS, N. Saúde. Migração e Direitos Humanos. **Mudanças** – Psicologia da saúde, [s./], v. 17, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/3127>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ROCHA-TRINDADE, M. B. Políticas de Migração: Portugal e Brasil. *In*: SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário (orgs.). **Políticas Migratórias: América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior**. São Carlos, SP: Editora Universidade Federal de São Carlos, 2002.

ROGÉRIO, M. S. **Migração e o exercício de direitos nos espaços públicos: o transitar das raízes haitianas nas práticas sociais do trabalho, do casamento e da religião**. 2020. 377 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari- Univates, Lajeado, 2020.

ROSA, I.C. **O Processo de Emancipação Municipal e a Urbanização do Município de Lajeado/RS**. 2012. 46f. Dissertação (Mestre em Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari- Univates, Lajeado, 2012. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/279/1/lvandroRosa.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SARMENTO, N.; MEJÍA, M. R.; LAROQUE, L.F. A inserção dos migrantes haitianos e seus descendentes nos espaços educacionais do município de Lajeado/RS. *In*: XII REUNIÃO ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=2255. Acesso em: 15 jul. 2020.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, N.C.; ÇAGLAR, A. Introduction: migrants and cities. *In*: SCHILLER, N.C.; ÇAGLAR, A. (orgs.). **Location Migration: rescaling cities and migrants**. Ithaca-New York-USA: Cornell University, 2011.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti**. 2014. 399f. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, São Paulo, 2014.

SEYFERTH, G. Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania: A Imigração Alemã e o Estado Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 26, 1994.

SEYFERTH, G. **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações. Os Estudos da Imigração no Brasil**: notas sobre uma produção multidisciplinar. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SEYFERTH, G. A Dimensão Cultural da Imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 26. n. 77, out. 2011.

SILVA, C. A.; RODRIGUES, V. M. Refugiados: Os Regimes Internacionais de Direitos Humanos e a Situação Brasileira. *In*: SILVA, Cesar Augusto S. da (org.). **Direitos Humanos e refugiados**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

SILVA, S. A. Haitianos no Brasil: Meandros e desafios de um processo de inserção sociocultural. *In*: BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana (orgs.). **A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil**. São Paulo: Ed. PUC, 2018.

VEDOVATO, L.R.; ASSIS, A.E.S.Q. Os Vetos à Nova Lei de Migração Brasileira: a interpretação como um passo necessário. *In*: BAERNINGER, Rosana (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

XAVIER, H. N. **Desafios da Nova Política Urbana**. Rio de Janeiro: IBAM, 2005.

ZENI K.; FILIPPIM, E.S. Migração Haitiana Para o Brasil: Acolhimento e Políticas Públicas. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário para haitianos que cultivam a terra**QUESTIONÁRIO PARA HAITIANOS QUE CULTIVAM A TERRA**

Idade: _____

Sexo: _____

Quanto tempo reside em Poço das Antas: _____

Profissão/ocupação: _____

1 - Como Surgiu a parceria com os proprietários, para plantio e manutenção dos terrenos (lotes)?.

2 - Como o Sr. (Sra.) analisa esta parceria depois de 1 ano de cultivo e manutenção dos lotes?

3 - Qual o sistema (técnica) utilizada no plantio, este sistema é igual ao utilizado no Haiti?

4 - Quais as principais cultivares (temperos, especiarias, saladas, legumes, grãos) são ou já foram produzidos?

5 - No início era um terreno de $12\text{m} \times 30\text{m} = 360\text{m}^2$, e agora, quantos terrenos são, área aproximada?

6 - Como vocês conseguem sementes, mudas destas espécies típicas do Haiti?

7 - Qual a importância para vocês de conseguir produzir um alimento orgânico, que lembra sua nação, sua família, seus costumes?

8 – O que você acha da receptividade do povo de Poço das Antas desde a sua chegada?

9 – Qual a importância desta iniciativa para você e sua família?

10 - O que mais o Sr (sra) gostaria de comentar sobre o assunto?

ANEXO B - Questionário para moradores de Poço das Antas**QUESTIONÁRIO PARA MORADORES DE POÇO DAS ANTAS**

O Sr. (Sra.) sabem que um grupo de Haitianos, tem cultivados terrenos e produzido alimentos (Feijão, mandioca, quiabo, batata doce, e outras hortaliças), em sistema de parceria, com os proprietários dos terrenos, sobre este assunto gostaria de lhe fazer algumas perguntas:

Sua idade: _____

Sexo: _____

Quanto tempo reside em Poço das Antas: _____

Profissão/ocupação: _____

1 – Como você vê a vinda dos haitianos para Poço das Antas?

2 - Como surgiu a parceria com os haitianos, para plantio e manutenção dos terrenos (lotes)?

3 - Como o Sr (Sra) analisa esta parceria depois de 1 ano de cultivo e manutenção dos lotes pelos Haitianos?

4 - O que mais chama sua atenção no sistema de plantio e da forma como preparam o solo?

5 - O Sr. (Sra.) acha que o sistema de parceria de serviço, contribuiu com a imagem dos Haitianos em Poço das Antas?

6 - O que mais o Sr. (Sra.) gostaria de comentar sobre o assunto?

ANEXO C - Questionário para proprietário de terrenos cultivados pelos Haitianos

QUESTIONÁRIO PARA PROPRIETÁRIO DE TERRENOS CULTIVADOS PELOS HAITIANOS

Sua idade: _____

Sexo: _____

Quanto tempo reside em Poço das Antas: _____

Profissão/ocupação: _____

1 - Como surgiu a parceria com os haitianos, para plantio e manutenção dos terrenos (lotes)?

2 - Como o Sr. (Sra.) analisa esta parceria depois de 1 ano de cultivo e manutenção dos lotes?

3 - O que mais chama sua atenção no sistema de plantio e da forma como preparam o solo?

4 – O Sr. (Sra.) recebe algum valor ou produto em troca de ceder da área?

5 – Quais foram suas motivações em aderir a esta prática e ceder o terreno para a limpeza e plantio, com produção de hortaliças?

6 - Como o Sr. (Sra.) avalia a presença dos Haitianos em Poço da Antas?

7 - O que mais o Sr. (Sra.) gostaria de comentar sobre o assunto?



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09